



UFC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

CURSO DE ECONOMIA ECOLÓGICA

DOMINIQUE LIMA DE MORAIS

**ECOFEMINISMO(S): UMA SISTEMATIZAÇÃO DAS LIDERANÇAS
POPULARES NO CEARÁ**

FORTALEZA, CEARÁ

2021

DOMINIQUE LIMA DE MORAIS

ECOFEMINISMO(S): UMA SISTEMATIZAÇÃO DAS LIDERANÇAS POPULARES
NO CEARÁ

Monografia apresentada à Coordenação do
Curso de Graduação em Economia
Ecológica da Universidade Federal do
Ceará, como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharela em Economia Ecológica.
Área de concentração: ciências agrárias

Orientador (a): Dr.^a Maria Inês Escobar da
Costa

FORTALEZA, CEARÁ

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M825e Morais, Dominique Lima de.
Ecofeminismo(s) : uma sistematização das lideranças populares no Ceará / Dominique Lima de Morais. –
2021.
71 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências
Agrárias, Curso de Economia Ecológica, Fortaleza, 2021.
Orientação: Profa. Dra. Maria Inês Escobar da Costa.

1. Ecofeminismo. 2. Socioambiental. 3. Lideranças. 4. Feminismo. I. Título.

CDD 577

DOMINIQUE LIMA DE MORAIS

ECOFEMINISMO(S): UMA SISTEMATIZAÇÃO DAS LIDERANÇAS POPULARES
NO CEARÁ.

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Graduação em Economia Ecológica da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Economia Ecológica. Área de concentração: ciências agrárias.

Orientador(a): Maria Inês Escobar da Costa.

Aprovada em: 30 / 03 / 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Maria Inês Escobar da Costa (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Kelly Maria Gomes Menezes

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Alexandre Nunes de Sousa

Universidade Federal do Cariri (UFCA)

A todas as mulheres extraordinárias, em especial a minha avó Raimunda Bastos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Jesus Cristo, detentor de todo o amor de Deus por nós, que sabe de todas as coisas e permitiu que esse fosse meu destino.

Agradeço a mim mesma, por mesmo pensando em desistir várias vezes, continuava seguindo em frente, com todos os anseios, medos e cansaços.

Agradeço a toda minha família por todo o apoio, em especial aos meus pais Danielli e Leo, por sempre estarem presentes, nos momentos bons e ruins. Sem vocês eu, literalmente, não teria nem começado essa graduação.

À minha orientadora maravilhosa Maria Inês, por todo o suporte, orientação e estímulo que permitiu meu crescimento acadêmico. Você é incrível!

À minha amiga Tainá, obrigada por aguentar todos os meus dramas e surtos, durante a realização desse trabalho, ainda acho que a gente devia ter feito isso juntas. Muito grata por dividir essa experiência com você, de primeira pessoa que eu conheci na UFC a uma amiga que vou levar pra vida, te admiro demais.

Agradeço também, a minha amiga Ayeska Haisa, por todas as dicas, dúvidas sanadas, apoio e inspiração como economista ecológica. Você é demais!

Aos meus amigos Elvis Sampaio, Bruna Lima Pastor, Nathaiana Lucas obrigada por todas as risadas. Vocês deixam minha vida mais leve.

À minha amiga Quezia Montoril e ao meu amigo Jardel Pedro, obrigada por sempre me entenderem e estarem sempre presentes de alguma forma. Amo vocês, bests.

Sou grata também à Universidade Federal do Ceará por tantas experiências, ensinamentos e treinos para o mundo lá fora. Obrigada por me tirar da minha zona de conforto.

Por fim, agradeço a Beyoncé, por todo o discurso para o “Class of 2020”, por todas as músicas e por ser quem você é. Como você mesma disse: “Eu nem acredito que nós conseguimos e é a isso que eu agradeço”.

“todas nós seguimos em frente quando percebemos como são fortes e admiráveis as mulheres à nossa volta.” (KAUR, 2018, p.191)

RESUMO

Em meio ao surgimento de debates sobre a crise com o meio ambiente, pautados na década de 70, vários movimentos sociais nasceram, a exemplo, o movimento feminista. Marcado por uma série de injustiças sociais a respeito de mulheres de diversas individualidades, que se ergueram em busca das pautas que defendiam. Dentre essas, o ecofeminismo teve sua origem ao unir a luta contra a opressão da mulher com a da degradação da natureza. Sendo assim, no Brasil, os conflitos dos povos tradicionais, principalmente com a mobilização das mulheres, se mostrou algo marcante na conquista de direitos socioambientais, como no caso da Marcha das Margaridas. A partir disso, o objetivo deste trabalho é identificar e sistematizar o pensamento ecofeminista no Ceará por meio de lideranças populares do período de 1970 até a atualidade, bem como apontar suas principais bandeiras de luta, identificando diferentes percepções sobre feminismo, sustentabilidade e os papéis de gênero em contextos variados. Para isso, foi realizada uma pesquisa documental com o levantamento bibliográfico acerca do ecofeminismo, seguido pela busca dos principais conflitos socioambientais do Ceará, usando como base o “Dossiê Denúncia- Conflitos Socioambientais e Violação de Direitos: Impactos dos Grandes Projetos Econômicos sobre Comunidades Tradicionais e Lutas em Defesa dos Direitos Territoriais no Estado do Ceará.” coordenado pelos professores: Raquel Maria Rigotto e Antonio Jeovah Andrade Meireles, e selecionando sete conflitos dos dez abordados no documento, por proximidade com o tema e incluindo as lutas pela reforma agrária. Por fim, a partir de contatos com lideranças de movimentos e associações populares foram indicadas lideranças femininas de cada território, as quais foram realizadas entrevistas semi-estruturadas de abordagem qualitativa e descritiva. Por fim, foi possível concluir que o Ceará tem um potencial de transformação, no que tange a luta socioambiental e o despontar das lideranças ecofeministas. A maioria das lideranças apresenta traços do ecofeminismo radical. Por outro lado, a presença do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, apresenta a tendência ecofeminista socialista mais marcante. Além disso, em outras experiências pesquisadas o feminismo em si está mais presente do que o ecofeminismo, embora ambas apresentem aspectos da teoria ecofeminista.

Palavras-Chave: Ecofeminismo; Socioambiental; Lideranças; Feminismo.

ABSTRACT

Amidst the emergence of debates about the environmental crisis in the 1970s, several social movements were born, such as the feminist movement. Marked by a series of social injustices concerning women of various individualities, they rose up in search of the agendas they defended. Among these, ecofeminism had its origin in uniting the fight against the oppression of women with the fight against the degradation of nature. Thus, in Brazil, the conflicts of traditional peoples, especially with the mobilization of women, have been remarkable in the conquest of socio-environmental rights, as in the case of the Marcha das Margaridas. Based on this, the objective of this work is to identify and systematize the ecofeminist thought in Ceará through popular leaderships from the period of 1970 to the present, as well as to point out their main struggle flags, identifying different perceptions about feminism, sustainability and gender roles in varied contexts. For this, a documental research was carried out with the bibliographical survey about ecofeminism, followed by the search of the main socioenvironmental conflicts in Ceará, using as basis the "Dossier Denunciation- Socioenvironmental Conflicts and Violation of Rights: Impacts of Large Economic Projects on Traditional Communities and Struggles in Defense of Territorial Rights in the State of Ceará." coordinated by professors Raquel Maria Rigotto and Antonio Jeovah Andrade Meireles, and selecting seven conflicts from the ten addressed in the document, by proximity to the theme and including the struggles for agrarian reform. Finally, based on contacts with leaders of popular movements and associations, female leaders of each territory were indicated, and semi-structured interviews were carried out with a qualitative and descriptive approach. Finally, it was possible to conclude that Ceará has a potential for transformation, regarding the socio-environmental struggle and the emergence of eco-feminist leaders. Most of the leaders present traces of radical ecofeminism. On the other hand, the presence of the Landless Workers' Movement presents the most striking socialist ecofeminist tendency. Moreover, in other experiences researched feminism itself is more present than ecofeminism, although both present aspects of ecofeminist theory.

Key words: Ecofeminism; Socio-environmental; Leadership; Feminism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 FEMINISMO E UM NOVO OLHAR SOBRE A SOCIEDADE: O ECOFEMINISMO	10
2.2 Para além das mulheres: O ecofeminismo <i>queer</i>.	19
4 METODOLOGIA	29
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	30
5.1 Lideranças do Cariri: o caso do Aterro Sanitário e do Cinturão das Águas.	30
<i>5.1.1 O Cinturão das Águas e a comunidade de Baixio das Palmeiras no Crato.</i>	30
<i>5.1.2 Aterro sanitário e a comunidade Gravatá em Caririagu.</i>	35
5.2 Liderança dos atingidos por barragens: o caso da Barragem do Figueiredo	36
5.3 Liderança camponesa: o caso dos perímetros irrigados no Baixo Jaguaribe.	39
5.4 Lideranças indígenas: o caso da demarcação de Terras Indígenas.	43
<i>5.4.1 Pela Terra Indígena Tapeba.</i>	43
<i>5.4.2 Pela Terra Indígena Pitaguary</i>	48
<i>5.4.3 Pela Terra Indígena Tapuya-Kariri</i>	50
5.5 Liderança no Sertão Central: o caso da mineração de urânio e fosfato.	51
5.6 Liderança pesqueira: o caso dos parques eólicos e da carcinicultura na Zona Costeira.	55
5.7 Liderança dos sem-terras: o caso das lutas pela terra.	59
6 CONCLUSÃO	66
REFERÊNCIAS	68

1 INTRODUÇÃO

A pauta ambiental entrou no cenário internacional na década de 70, principalmente devido aos efeitos da exploração do petróleo, proveniente de um crescimento econômico propagado, sobretudo, na sociedade ocidental desde a Revolução Industrial. Na tentativa de compreender o fenômeno e buscar saídas, Torres (2009, p.162) afirma que “Esse processo de conscientização ecológica atravessa uma tentativa de mudança de mentalidade e alcança uma mudança de paradigma.” Tal pensamento significa que para uma efetiva harmonização ecológica do mundo é necessário abandonar as tendências padronizadas no capitalismo ocidental, como as ideias de expansão, produção linear e conceitos reducionistas. Ou seja, é preciso perceber como todos os sistemas vivos e não-vivos “estão interligados e são interdependentes.” (CAPRA, 2012, p. 14).

Dessa maneira, o ecofeminismo se faz importante para a construção dessa mudança de paradigma. Apesar de haver limitações nas suas contribuições teóricas, ela apresenta as características sistemáticas e integradas discutidas por Capra (2012) para o que seria o novo paradigma. Como citado por Gaard (2011, p.198),

Até o momento, a teoria ecofeminista tem florescido explorando as conexões entre muitas questões: racismo, degradação ambiental, economia, política eleitoral, libertação animal, políticas reprodutivas, biotecnologia, biorregionalismo, espiritualidade, práticas de saúde holística, agricultura sustentável entre outras. Ativistas ecofeministas têm trabalhado em movimento por justiça ambiental, movimento verde, movimento antitóxicos, movimento de mulheres espiritualistas, movimento de libertação animal e movimento por justiça econômica.

Além disso, como meio de denúncia o ecofeminismo discorre sobre os dualismos que a sociedade capitalista se estrutura, baseada em modelos de normatividade: o homem, o ser branco(a), a cultura e a objetividade exprimem superioridade e oprimem mulheres, os não-brancos(as), a natureza e a subjetividade. Em vista disso, Torres (2009, p. 171) comenta que:

[...]o ecofeminismo considera os desafios do mundo contemporâneo como parâmetros que exigem novas mediações e que, através de uma análise séria e profunda, elabore formas viáveis para um mundo sustentável de vida plena e em abundância entre humanos e não-humanos.

A saber disso, o presente estudo tem como objetivo principal identificar e sistematizar o pensamento ecofeminista no estado do Ceará através das lideranças

populares no período de 1970 até a atualidade apontando suas principais bandeiras de luta, identificando diversas visões do feminismo, sustentabilidade e papéis de gênero em contextos variados. Para isso, foi realizada uma pesquisa exploratória e descritiva de abordagem qualitativa. Exploratória, pois busca debater sobre perspectivas pouco estudadas, como o ecofeminismo, onde é necessária uma revisão bibliográfica do tema *a priori*. Descritiva, devido ao estudo sobre um grupo (lideranças populares) para entender certa variável (ecofeminismo), processo realizado na discussão desse trabalho. A abordagem qualitativa ocorre pela análise dos dados coletados nas entrevistas realizadas.

Desse modo, a intenção dessa pesquisa se dá pela importância teórica de contribuir com a teoria ecofeminista no campo acadêmico e para mostrar na prática as tendências do movimento nas lutas socioambientais. Outra motivação para o estudo é a aproximação com o objeto de pesquisa da Economia Ecológica, por seu caráter transdisciplinar e complexo.

Este trabalho é dividido em seis capítulos, incluindo esta introdução, no segundo capítulo, discutiram-se as ondas feministas até o surgimento da variante ecofeminista, abordada em seu contexto histórico, seguidos de uma subseção das vertentes e seus contrastes, além da especificidade do ecofeminismo *Queer*. No terceiro capítulo, é apresentado o advento do ecofeminismo no Brasil, destacando o movimento da Marcha das Margaridas. O quarto capítulo contém a seção metodológica, onde serão detalhados os processos de realização da pesquisa. Em seguida, a quinta parte analisa e sistematiza as vivências das lideranças populares no Ceará com o objetivo de cumprir as metas propostas pelo estudo. E por fim, no sexto capítulo está a conclusão sobre os aspectos propostos e abordados.

2 FEMINISMOS E UM NOVO OLHAR SOBRE A SOCIEDADE: O ECOFEMINISMO

Na era primitiva, cerca de 10.000 a.C a 5.000 a.C, a forma como a relação homem, mulher e natureza era condicionada ajuda a entender os arranjos da sociedade moderna nos papéis sociais. Enquanto a mulher cuidava dos frutos da procriação humana e suas necessidades, o homem era responsável pela caça dos animais, proteção da família e todos os trabalhos braçais que era preciso (GARCIA, 2009). Tal perspectiva moldou os aspectos sociais posteriores ao entender-se que a mulher e a natureza eram elementos a serem

dominados pelos homens. Isso se mostra presente, quando a agricultura chega à realidade do homem primitivo ao qual agora possui uma propriedade privada, animais domesticados, é a mulher que ainda cuida dos seus sucessores e provê a alimentação. Entretanto, Melo e Xavier (2019, p. 3) contestam que “[...] é a partir das atividades prioritariamente ‘femininas’ que se dá a manutenção dos recursos. Desde o cultivo vegetal, por meio da separação e plantio de sementes, por exemplo, até a preparação e conservação de alimentos ao longo do tempo como garantia de subsistência.”

Na Antiguidade Clássica, datada entre os séc. VIII a.C e séc. V a.C, a imagem da mulher era associada com a natureza, principalmente na cultura greco-romana. Seja no papel de mãe como Gaia, a Mãe-Natureza na mitologia grega, seja na função de protetora como a representação greco-romana de deusas da agricultura e ninfas. Ainda nessa época Garcia (2009, p. 2) afirma que “[...] Aristóteles definiu que as mulheres eram menos aptas para pensar, pois a racionalidade pertencia aos homens. Por isso, as mulheres eram seres incompletos e inferiores.” Assim reforçando a ideia que a mulher era um ser mais relativo às emoções. Boa parte dos mitos também apresentava o “papel da mulher” relativo ao lar, ao matrimônio, à maternidade e à beleza. Entretanto, muitas delas usavam o que podiam para expressar sua opressão. Na Ásia, muitas camponesas usavam do canto, modificando as versões originais do Mahabharata e do Ramayana, famosos poemas épicos hindus, para manifestar sua realidade (GANDHI, 2018).

A história nos apresenta diferentes feminismos, muitas perspectivas diversas que se completam e, eventualmente, se contradizem, em busca da redução da desigualdade entre os gêneros. Ainda que se possa perceber nuances diferentes e marcos temporais desconexos no Brasil e em diversos outros países, o movimento sempre caminhou no sentido de combater o patriarcado¹ e diminuir a opressão sobre as mulheres (SIQUEIRA; BUSSINGUER, 2020).

Didaticamente, o feminismo é apresentado em “ondas”, abordagem amplamente criticada por não demonstrar a riqueza e complexidade do processo histórico. No entanto é

¹ Nos estudos feministas o termo é usado para nomear uma sociedade dominada pelos homens, relacionando-se com a opressão de gênero nas sociedades capitalistas, possui vários conceitos entre vários teóricos e teóricas apresentando uma denominação controversa e complexa, sendo utilizada neste trabalho de forma universal, a-histórica e definitiva (MORGANTE; NADER, 2014).

utilizado neste trabalho com intuito de apresentar com brevidade algumas tendências históricas, mesmo considerando estas limitações.

A chamada primeira onda buscou a inserção da mulher nos espaços de poder nas sociedades às quais pertenciam. Esse movimento que era, essencialmente, de mulheres brancas pertencentes à classe média e relacionadas com a intelectualidade, foi mais comum em países economicamente mais desenvolvidos (NARVAZ; KOLLER, 2006).

A primeira geração (ou primeira onda do feminismo) representa o surgimento do movimento feminista, que nasceu como movimento liberal de luta das mulheres pela igualdade de direitos civis, políticos e educativos, direitos que eram reservados apenas aos homens. O movimento sufragista (que se estruturou na Inglaterra, na França, nos Estados Unidos e na Espanha) teve fundamental importância nessa fase de surgimento do feminismo. O objetivo do movimento feminista, nessa época, era a luta contra a discriminação das mulheres e pela garantia de direitos, inclusive do direito ao voto. Inscreve-se nesta primeira fase a denúncia da opressão à mulher imposta pelo patriarcado. (NARVAZ; KOLLER, 2006, p.649).

Os ideais democráticos e de construção da cidadania estavam em franco desenvolvimento e as mulheres que colaboraram na luta pelos direitos de liberdade, de igualdade e de fraternidade para todo o povo, também buscavam esse reconhecimento para seu gênero. Este movimento, inspirado na Revolução Francesa, mas também na movimentação de mulheres na Inglaterra e em vários países ganhou força e se fortaleceu com a publicação do livro “Reivindicações dos direitos das mulheres”, de Mary Wollstonecraft, em 1792. Alguns autores afirmam que essa primeira onda poderia ser considerada um feminismo liberal, que buscava conceder à mulher liberdades civis como os direitos ao voto e à educação que lhes era negado e que os homens já haviam conquistado. Neste sentido, é importante salientar um episódio, hoje bastante lembrado. Quando Sojourner Truth, uma mulher que nasceu escrava, em Nova Iorque, em 1797 e foi tornada livre em 1787, em função da Northwest Ordinance, que aboliu a escravidão nos Territórios do Norte dos Estados Unidos, proferiu seu discurso na Women’s Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851. Em uma reunião de clérigos onde se discutiam os direitos da mulher, Sojourner levantou-se para falar:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto

quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (PORTAL GELEDÉS, 2014).

Os movimentos de conquista de direitos cidadãos e marcos históricos europeu e estadunidense, que trouxe o protagonismo das mulheres, influenciaram os eventos na América do Sul, apesar da luta pelo voto ser uma busca anterior às europeias. Isso porque ao perceberem uma abertura em sua Constituição, que não especificava se as mulheres podiam ou não votar, as chilenas foram exercer seus direitos, tendo algumas obtido sucesso, mas logo sofreram consequências nesse ato, com a explícita proibição do voto de mulheres (TELES, 1999).

Em 1832, Nísia Floresta Brasileira Augusta traduziu a obra da inglesa Mary Wollstonecraft e introduziu os ideais do feminismo no Brasil o que contribuiu para a luta pelo acesso feminino aos direitos sociais. Todavia, atingia às mulheres de classe média e alta e não tinham tanto reflexo na vida da mulher operária ou negra. Somente anos depois, que a mulher operária começou a ganhar espaço nos movimentos sociais. Inicialmente participando de greves junto com os homens na busca de melhores condições de trabalho, em seguida participando de outros meios de comunicação como a Liga da Emancipação Internacional das Mulheres, um grupo de estudos políticos para as mulheres, fundado por Maria Lacerda de Moura e Bertha Lutz. Esta última ainda influenciada pelos movimentos estadunidenses criou a Federação Brasileira do Progresso Feminino com o principal objetivo de conquistar o voto feminino. Tal direito só foi garantido com a Revolução de 30, entretanto por uma necessidade de haver mais grupos votantes do que realmente um reconhecimento das mulheres como seres políticos (TELES, 1999).

Por volta de meados dos anos 60, a segunda onda do feminismo permitiu diversas nuances dentro do movimento, incluindo o ecofeminismo. Em um contexto de pós-guerra, onde as mulheres foram estimuladas a voltarem aos lares e cuidarem dos filhos após as mesmas assumirem o lugar dos homens para manter a economia girando, partiu dos movimentos estudantis uma nova força em busca de direitos (GANDHI, 2018). Tendo em vista essa mudança de realidade, as mulheres passaram a lutar contra as injustiças, presentes em diferentes níveis estruturais do capitalismo da época, que baseavam sua gerência com forte presença do Estado. Posicionaram contra o economicismo, abordando

não somente a desigualdade econômica, mas também cultural e política, dois aspectos que afetaram mais diretamente mulheres negras, socialistas e anti-imperialistas; contra o androcentrismo e a validação somente do homem como chefe de família e detentor de poder financeiro, buscando reconhecimento do trabalho não-assalariado, fundamental à vida, que a maioria das mulheres exerciam como domésticas; e por fim, se opuseram contra o estatismo e sua cultura de hierarquias, onde somente homens estavam no comando. Assim, uma dinâmica participativa, horizontal e popular foi organizada por uma parte das feministas sendo estas as precursoras das Organizações Não-Governamentais (ONGs), enquanto a outra voltava seus esforços para inserir as pautas de gênero as instituições estruturantes, a fim de conquistar a justiça de gênero (FRASER, 2009).

Tempos depois, debates questionando a própria ciência, especialmente as sociais, passaram por um processo de desconstrução da sua maneira de pesquisar, influenciando a terceira onda do feminismo, que segundo Narvaz e Koller(2006, p. 646) focava na “análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade.” Logo, questionamentos sobre o conceito de gênero começaram a ser estudados, não incluindo somente homem e mulher, mas também homossexuais, transsexuais, assexuados e etc, surgindo assim a Teoria *Queer*, cuja principal autora é Judith Butler. Tal teoria será posteriormente discutida sob a sua influência para o ecofeminismo.

Já a quarta onda do feminismo, ainda pouco estudada na academia, envolve a propagação de conteúdos feministas em mídias sociais, não tendo uma fundamentação teórica bem consolidada, segundo Siqueira e Bussinger (2020).

Na década de 70, com o mundo voltando o interesse para o meio ambiente com as lutas contra as ameaças de bombas nucleares e seus resíduos tóxicos gerados pela tensão da Guerra Fria, o termo ecofeminismo foi usado pela primeira vez por Françoise d'Eaubonne no livro intitulado “Féminisme ou la Mort”, que definia como uma corrente política que identificava a opressão do meio ambiente juntamente com a opressão da mulher (TAVARES, 2018).

A partir desse período, debates sobre o assunto foram surgindo pelo mundo ocidental com a Conferência “Mulheres e Vida na Terra” , em 1980, nos Estados Unidos e o congresso “Mulheres e Ecologia”, em 1987, na Alemanha. Tais eventos trouxeram importantes autoras que abordaram o ecofeminismo como Ynestra King e Angeline Birk,

além da publicação em 1992 do livro de Carolyn Merchant intitulado “Radical Ecology” e do movimento Chipko, mais predominante nos países de Terceiro Mundo como a Índia (TAVARES, 2018).

Dessa forma, o ecofeminismo se encontrou em meio a debates que se fundamentam em sociedades justas social e ambientalmente, com poderes descentralizados, sem hierarquias, democráticos e com manejo adequado dos recursos da natureza, ou seja, uma sociedade idealizada (JUNCADELLA, 1994 APUD GARCIA, 2009).

Os princípios do ecofeminismo, nos campos econômico e político, com a ideia de dominação cultural e do homem sobre a natureza e a mulher, respectivamente, e suas invisibilidades, apesar de ambas proverem serviços fundamentais para a vida, como os serviços ecossistêmicos e os serviços de cuidado, possibilitam compreender a importância da participação da mulher nas lutas ambientalistas como luta para a sua própria libertação. Além disso, a exclusão de ambas no campo científico e tecnológico, dominado por uma visão ocidental patriarcal e de predominância masculina, explicam o processo de invisibilidade da mulher e da natureza na história (SILIPRANDI, 2000).

Embora tenha tido avanços teóricos, percebeu-se que a ideia do ecofeminismo foi apresentada de uma forma reducionista. Isso porque, segundo Garcia (1992), o ecofeminismo reconhecia a mulher como um ser humano mais sensível com a natureza, pela sua capacidade de gerar vidas, diferente do homem que era mais próximo à cultura. Logo, a natureza e a mulher se encontram, historicamente, exploradas e dominadas pelo homem e a cultura capitalista. Portanto, o movimento ambientalista e feminista deveria se unir para a construção de uma sociedade mais sustentável e igualitária socialmente. Isso porque “Conceituar sustentabilidade sem discussões de gênero e de posse da terra é deixar lacunas importantes no debate ambientalistas.” (MELO; XAVIER, 2019, p.1).

Entretanto, esse cenário de uma sustentabilidade integrada, inclusive ao gênero, promovendo uma criticidade no debate, é algo mais recente. Segundo Saywer do Instituto Sociedade, Pesquisa e Natureza entrevistado por Castro e Abramovay (2003, p. 55)

[..] existem pessoas que acham que a mulher, por natureza, teria mais ligações com certas questões ambientais, mas prefere pensar em termos mais universais: “Na prática, são as mulheres que recebem mais imediatamente alguns impactos ambientais, que cuidam mais das crianças e podem sofrer mais com problemas como o saneamento. São elas que têm mais potencial de educar as novas gerações e um potencial maior de reivindicação.”

Apesar de tecer algumas críticas à relação ao que o início do ecofeminismo propôs, com o reforço da ideia do controle populacional e a relação do cuidado com a vida sobre responsabilidade feminina, as outras correntes feministas se aliaram com essa vertente e trouxeram benefícios teóricos e práticos nas lutas sobre gênero e meio ambiente que será discutido no próximo tópico.

2.1 Ecofeminismo e suas vertentes

A junção do feminismo e do pensamento ecológico, no chamado ecofeminismo trouxe diversas correntes teóricas com diferentes perspectivas. Muitos autores discorrem sobre e as dividem de maneira distinta, entretanto seu conteúdo é notavelmente semelhante, sendo apresentadas apenas com outras nomeações.

No início do ecofeminismo, na década de 70, a corrente filosófica que se misturou ao enfoque ecológico no feminismo foi a radical, também considerada como uma corrente clássica do ecofeminismo por Alicia Puleo (2005) *apud* Tavares (2018). Tal vertente baseia-se na aproximação da mulher com a natureza, proveniente da mulher ter uma sensibilidade maior decorrente da sua condição materna e feminina em oposição à agressividade masculina que dominava os recursos da natureza, o poder econômico e político da sociedade moderna patriarcal. Ou seja, relaciona as condições biológicas, culturais e os avanços tecnológicos com a opressão e dominação da mulher e da natureza (TAVARES, 2018).

Segundo Ruether (1996), o ecofeminismo é uma junção da ecologia profunda e do feminismo. Esta corrente ecológica entende que os seres humanos são parte de uma rede de interconexões que compõem o todo, natureza, e por isso devem desfazer os papéis de ego que desempenham no capitalismo. Ao somar o feminismo nesse contexto, percebemos que a ideia do ecofeminismo radical, também chamado de espiritualista ou culturalista, têm suas bases em uma conexão ideológica, espiritual e teológica com a natureza, inclui os seres vivos e não vivos, sendo as mulheres suas líderes para essa proposta, pois a compreendem e teriam seus conhecimentos empíricos valorizados (GARCIA, 2009). Ecofeministas desse grupo foram chamadas de essencialistas, pois acreditavam na divisão homem e mulher com essências diferentes, sendo esta última mais semelhante com a Mãe-Natureza. Como exemplo são elas, além das já mencionadas, Sherry Ortner e Mary Daly.

Outra corrente filosófica que Tavares (2018) classifica é o ecofeminismo social ou construtivista que surge nos anos 90, ao qual não era a essência da mulher que tornava ela semelhante à natureza, mas sim suas relações socialmente construídas. Nesse ponto de vista, a subversão da dicotomia homem/mulher e cultura/natureza aqui se fazem contestada. Isso porque é a cultura capitalista que se baseia na industrialização, no consumismo e na exploração das minorias. Por isso, o ecofeminismo construtivista considera as diversas classes, raças, etnias e religiões, que segundo Castro e Abramovay (2003, p.109) “questionam cenários moleculares, modelos de desenvolvimento e de civilização.”

Além disso, esse modelo econômico predominante acaba prejudicando, em especial, mulheres do terceiro mundo que têm uma relação direta com os recursos naturais utilizados para manter sua família. Essa tendência, em parte, é classificada na análise de Garcia (2009) como o ecofeminismo terceiro-mundista e tendo representantes como Val Plumwood, Maria Mies, Carolyn Merchant, Bina Agarwal -, que o chama de feminismo ecologista - e Vandana Shiva.

Entretanto, é nesse momento que ao observar as divisões de Garcia (2009) se pode perceber que o debate de Vandana Shiva se aproxima do ecofeminismo espiritualista/cultural ou radical. A análise ainda é mais controversa devida Tavares (2018) incluí-la no grupo construtivista, na qual parte do chamado ecofeminismo terceiro mundista pertence. A saber disso, rever os argumentos e críticas do debate de Vandana Shiva é importante para concluir algo sobre a corrente filosófica desta autora, muito referenciada na discussão ecofeminista.

O contexto em que essa autora desenvolve seu trabalho se dá em uma sociedade indiana a qual passou por um processo de colonização resultante em um modelo desenvolvimentista industrial, gerador da devastação dos recursos e de acordo com Siliprandi (2000, p. 65) provocou “[...] a quebra das relações tradicionais, as mulheres perderam o acesso à terra para as culturas alimentares, perderam acesso aos bosques, à água, e passaram a ter menos renda, emprego, e menos acesso ao poder.” Desse modo, Vandana Shiva representa a mulher rural do terceiro-mundo e muitas delas se organizaram em um movimento chamado *Chipko*, que conseguiu preservar parte da floresta do Himalaia, quando mulheres indianas se amarraram às árvores enquanto tentavam cortá-las e se baseando no *Prakriti*, “princípio feminino”, definido por Siliprandi (2000, p. 65) como

[...]a fonte de toda a criação na Natureza, animada ou inanimada. Este princípio ou força criativa estaria presente em toda a diversidade da vida, e se caracterizaria pela criatividade, atividade, produtividade; pela conexão entre todos os seres (inclusive os humanos); e pela continuidade entre a vida humana e a vida natural. A ruptura dessa visão, ou a subjugação do princípio feminino, é que estaria então na origem dos desequilíbrios ecológicos existentes, assim como na dominação das mulheres e dos povos do Terceiro Mundo.

Por outro lado, Garcia (1992) faz uma análise do discurso de Vandana Shiva, onde apresenta algumas inconsistências questionando a classificação de social/construtivista, anteriormente mencionada. Primeiro, há uma generalização das mulheres do “Terceiro-Mundo” ao englobar todas elas como ecofeministas por possuírem uma relação especial com a natureza, ignorando as diversidades sociais entre elas, sendo assim, essencialista em parte. Além do mais, o princípio feminino no qual Vandana Shiva se respalda, ideologicamente, vem do hinduísmo, uma única religião em uma diversidade de religiões presentes nesses países, mensurando também as variadas percepções sobre mulher e natureza no próprio hinduísmo, possui por ser uma crença pluralista, reforçando o caráter essencialista de sua obra.

Em mais um ponto de análise teórica de Garcia (1992) do discurso de Shiva ao conferir o modelo de desenvolvimento imposto na colonização, o qual reforçou a destruição da natureza e a opressão da mulher, defendendo um sistema de subsistência anterior a esse período, mas que era pautado em divisões de classes e castas. Logo, nem todas as mulheres tinham essa conexão com a natureza. Sendo assim, para esta autora, Vandana Shiva apresenta características mais essencialistas do que construtivistas devido uma generalização de processos históricos e da diversidade das estruturas sociais.

A próxima corrente teórica é a do ecofeminismo socialista no qual acredita que o capitalismo e seus meios de produção e tecnologia concentrados com uma minoria são as razões de uma sociedade injusta sustentável e socialmente, causando a exploração da natureza e invisibilidade da mulher (GARCIA, 2009). Questionando os dualismos para além dos apresentados nas outras correntes, como os de cidade/campo, trabalho intelectual/manual, público/ privado, espaço de produção/reprodução, a solução seria a implementação do socialismo, como forma de trazer um mundo mais ecofeminista (SILIPRANDI, 2000).

Por fim, a última tendência teórica do ecofeminismo é a liberal, também conhecida como ecofeminismo crítico. Garcia (2009, p.8) define como a união do “feminismo da

igualdade e na teoria conservacionista da natureza.”. Não apresenta o caráter intrínseco entre a mulher e a natureza, admitindo que ela afeta a natureza da mesma maneira que os homens, apesar de entender como o modelo de desenvolvimento econômico marginalizou as mulheres e devido a isto, as mesmas devem promover a proteção ambiental. Alicia Puleo (2005) *apud* Tavares (2018) não nega as conquistas feministas na modernidade, embora perceba que essa vertente busca a ecojustiça e a sustentabilidade.

Esse último elemento é fundamental para entender os parâmetros dessa corrente. Isso porque ampliando o conceito de sustentabilidade para além de seu tripé, Lilian Celibert (1995), coordenadora da Conferência Mundial de Mulheres Beijing mencionada por Araci, no posfácio do livro “Gênero e Meio Ambiente” de Castro e Abramovay (2003, p.15) diz que

A sustentabilidade vai muito além de aplicação de técnicas em realidades e situações, envolve justiça e igualdade nas esferas sociais, combatendo a opressão de gênero e de raça, por exemplo, promovendo políticas ambientais mais integradas com a realidade da vida, do que meramente instrumentos desenvolvimentistas que não atuam na prática.

Em outras palavras, o conceito de sustentabilidade é mais abrangente, sendo a questão de justiça de gênero intrínseco ao processo para uma sociedade mais sustentável, bem como as questões que se interrelacionam a ele como as raciais, religiosas, étnicas e entre outras na qual as minorias são afetadas.

Todavia, é um desafio trazer o debate do ser humano com meio ambiente, visto as críticas ao desenvolvimento sustentável, na epistemologia do termo. Além do mais, é importante ressaltar que todas essas correntes consideram a opressão da mulher e da natureza causada pelos os meios de desenvolvimento capitalista patriarcal e ainda que tais divisões e formas de pensar o ecofeminismo não se limitam apenas a tais vertentes apresentadas. Isso porque, como Melo e Xavier (2019) refletem, procurar entender a relação da mulher e do ambiente, junto com as variáveis da sociedade, cultura e economia é instigante por ser ainda pouco explorado na ciência e por transcender os limites básicos da sustentabilidade.

2.2 Para além das mulheres: O ecofeminismo *queer*.

Como apresentado, o ecofeminismo possui muitas linhas de pensamento, voltado geralmente para os dualismos, a fim de explicar suas lutas. Entretanto, o que nem todas as

ecofeministas questionaram foi o binômio heterossexualidade/ *queer*. Dessa forma, o ecofeminismo *queer* propõe um olhar ainda mais amplo nas relações da sociedade, envolvendo contribuições da teoria *queer* e do ecofeminismo (GAARD, 2011).

De acordo com o Cambridge *Dictionary*, a palavra *queer* significa estranho, incomum, algo não esperado ou até mesmo sendo, muitas vezes, usado como ofensa para homens gays. A apropriação de *queer* entre os grupos que são atacados com esse nome, também influenciou em um dos seus significados, pois se refere também a não se encaixar em ideias de gênero e sexualidade, especialmente à ideia de que as pessoas são ou homens ou mulheres, ou que devam manter relacionamentos somente com o sexo oposto. (QUEER, 2021) De fato, a definição de *queer* se dá por ser contra a normalização refletida diretamente na heterossexualidade, que tem um discurso dominante até mesmo no ecofeminismo. Analisando desde feminismos tradicionais à variação ecofeminista, percebe-se que sempre houve uma relação entre movimentos que reivindicavam direitos para certos grupos em opressão em contraste de um outro oposto e com relações de poder superiores, surgindo as dicotomias as quais são base do questionamento ecofeminista. Por outro lado, a teoria *queer* dá um passo além nesse questionamento e procura analisar gênero, sexo e sexualidade em oposição aos binômios da sociedade capitalista. Como cita Castro e Abramovay(2003, p. 38) em sua discussão sobre gênero e meio ambiente,

A equação gênero e meio ambiente trouxe, ademais, questões criativas e provocadoras para o debate contemporâneo sobre crise de paradigma, ou seja, sobre o conhecimento ocidental, como a reterritorialização do espaço e do ambiente, referindo-se ao corpo, à saúde, à sexualidade, ao prazer e ao telúrico. Tal equação questiona sentidos da economia política para a igualdade de vida dos indivíduos, considerando a pluralidade de ser/estar neste mundo, ultrapassa célebres dicotomias entre indivíduo e sociedade e entre natureza e cultura, dicotomias tão caras ao pensamento ocidental, defendendo o equilíbrio dos direitos dos seres humanos em sua diversidade, e o direito à casa desses seres humanos, o seu corpo e o planeta.

Importante autora sobre da teoria *queer*, Butler(2003) questiona a identificação do movimento feminista do sujeito “mulheres”, quando este foi criado por uma sociedade estruturante para representar um grupo político, enquanto essa estrutura de poder é opressora a esse sujeito culturalmente criado. Ou seja,

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mais por que o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos

diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas.(BUTLER, 2003, p.20)

A mesma autora argumenta sobre o conceito de gênero independente do sexo, o que abre um leque para a diversidade, uma vez que “o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino tanto um corpo masculino como um feminino.” (BUTLER, 2003, p.24).

Por outro lado, é possível perceber como não apenas o gênero se encontra submetido aos dualismos, mas também o sexo, com a heterossexualidade delimitando esses parâmetros: homem/ mulher, masculino/feminino. Entretanto, os corpos subvertem essa realidade com identidades de gênero e sexualidades diferentes (LOURO, 2015). Ou seja, uma pessoa pode se identificar com o gênero masculino, feminino ou nenhum dos dois ou os dois e sentir atração sexual por homens, mulheres, ambos ou nenhum, de forma a combinar os gêneros com as sexualidades, bem como suas anatomias. E nisso, tal grupo tem seu papel social invisibilizado, sufocado, por não ser “natural”. Tal argumento, nas perspectivas do ecofeminismo *queer* se apresenta contraditório. Isso porque segundo Gaard (2011), se a ideia de ser *queer* é alguém que não pertence à natureza, significa considerar que os bens da natureza não estão sendo explorados e hierarquicamente encontram-se ao lado com o homem e da cultura heteronormativa, algo que não acontece na prática. Além disso, a mesma autora justifica tal crítica afirmando que vários animais têm práticas sexuais com espécies do mesmo sexo, assim se a estrutura da sociedade fosse baseada na natureza, o mundo seria um lugar mais tolerante e plural.

Ecofeministas dessa vertente, como Mortimer-Sandilands (2011) e Gaard(2011) ainda levantaram críticas ao ecofeminismo, na qual carrega a superioridade heterossexual imposta na natureza, uma ideia muito difundida com os estudos de Darwin sobre a evolução, ao qual só sobrevive aquele que consegue se adaptar e reproduzir. Ou seja, a heterossexualidade virou o padrão, conceito culturalmente influenciado, também, pelo cristianismo e suas regras de sexo apenas na instituição do casamento com finalidade de construção familiar. Logo, as relações sociais passaram a ser construídas para segregar os espaços ditos héteros da comunidade *queer*. Isso devido ao reconhecimento *queer* passar a ser relacionado ideologicamente ao ambiente urbano, invisibilizando os indivíduos dos

espaços rurais, que acabavam se deslocando para encontrar aceitação em cidades grandes. Dessa maneira, há uma relação de discriminação da sexualidade *queer* com os espaços naturais, ao olhar na óptica dos dualismos. Entretanto, ainda traz noções conflitantes ao considerar o indivíduo *queer* artificial e pertencente à cidade moderno, este estaria ao lado do homem hétero e da cultura patriarcal. Assim, essas contradições que permeiam o discurso binomial, caracterizam as estruturas opressoras. (MORTIMER-SANDILANDS, 2011)

A saber disso, o ecofeminismo *queer* entende, não apenas que as mulheres sofrem com a opressão capitalista patriarcal e a degradação da natureza, mas também inclui as diversas sexualidades, faixas etárias, raças, religiões, etnias e classes. Ampliando ainda mais o conceito de ecofeminismo e contribuindo para uma mudança de paradigma sustentável e plural, muito necessária e pouco discutida até mesmo no ecofeminismo como vertente. Como cita Gaard (p. 219, 2011): “As ecofeministas devem se preocupar com a libertação *queer*, assim como as/os *queers* devem estar preocupadas/os com a libertação das mulheres e da natureza; as nossas opressões paralelas têm se originado de nossas associações percebidas.”.

3 O ECOFEMINISMO NO BRASIL

Nas décadas de 70 e 80, o movimento feminista brasileiro se organizou coletivamente em frente à luta pela redemocratização e no contexto das conferências internacionais, em especial a Conferência Internacional sobre a Mulher no México em 1975. No campo ambiental, vários foram os debates nesse período com o marco para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em Estocolmo, 1972 (CASTRO; ABRAMOVAY, 2003).

Mas é na década de 90 que houve avanços nos debates ecofeministas no Brasil, primeiramente, a colaboração da Women’s Environment & Development Organization (WEDO), uma ONG internacional, que tem como objetivo “garantir que os direitos das mulheres; justiça social, econômica e ambiental; e os princípios de desenvolvimento sustentável - bem como as ligações entre eles - estão no cerne das políticas, programas e práticas globais e nacionais.” (WEDO, 20--, tradução nossa), com a Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH), ONG nacional na qual trabalha com “a promoção do

desenvolvimento humano que contemple a igualdade entre os gêneros, raças/etnias, o desenvolvimento justo e sustentável, a proteção e conservação do meio ambiente e promoção da diversidade cultural” (REDEH, 20--), foram responsáveis pela articulação de inúmeros encontros importantes na visão ecofeminista, que incluiu a participação das brasileiras.

Dentre eles, o I Congresso Internacional de Mulheres por um Planeta Saudável (Figura 1), realizado em 1991, que resultou na Agenda das Mulheres por um Planeta Saudável, com objetivo de formular políticas para o desenvolvimento das necessidades femininas e do desenvolvimento sustentável. Tal proposta culminou no ano seguinte com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como ECO-92, realizada no Brasil, resultando num importante documento para o meio ambiente e integrou as propostas das mulheres de 1991, a Agenda 21 (REDEH, 20--).

Figura 1 - Congresso Mundial de Mulheres por um Planeta Saudável,
Miami - Estados Unidos, 1991



Fonte: Memória e Movimentos Sociais

Esse processo articulou o movimento das mulheres aos fóruns de debate, com destaque para o Planeta Fêmea, movimento que questionava as bases socioeconômicas e políticas que a sociedade seguia na época, bem como suas consequências para a natureza e a mulher (OLIVEIRA, 1992). Tamaña discussão resultou na criação da Agenda 21 de Ação das Mulheres, promovendo a REDEH como uma coordenadora fundamental das mulheres no desenvolvimento sustentável (REDEH, 20--).

Posteriormente, as mulheres também se organizaram na estruturação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas (CIPD), em 1994, tema bastante presente no início das discussões ecofeministas no Brasil, devido à condição das mulheres gerarem vidas. E por fim, uma significativa participação das brasileiras na IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, em 1995, no qual dentre suas áreas de preocupação prioritária referente à mulher, Viotti (2006, p. 148) menciona são “a desigualdade de participação nas decisões sobre o manejo dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente;”, entre outros assuntos que se relacionam com as questões ambientais e de gênero, como saúde e desigualdades. Além disso, a mesma autora destaca a participação do Brasil em tal conferência como forma de promover o diálogo entre governo e sociedade, na implementação de políticas públicas transversais.

A saber disso, segundo Castro e Abramovay (2003,p.36) exemplifica a importância de ONGs como a WEDO e a REDEH, influenciadoras na participação efetiva das mulheres nesses diversos eventos, tratar de assuntos referidos às mulheres e o fator ambiental, ao conseguirem rebater a associação entre pobreza e aumento populacional, afirmando que “a principal causa da degradação ambiental são os poluentes industriais e militares, dejetos tóxicos e sistemas econômicos que exploram e prejudicam a natureza e os povos.”

Várias foram os desdobramentos no período e após a ECO-92 que encarregaram inúmeras formas de apresentar o ecofeminismo para a sociedade. Arruda da ONG Rede Mulher de Educação (RME) entrevistada por Castro e Abramovay (2003) discorre sobre quatro vertentes ecofeministas no Brasil que envolvem o meio ambiente de forma direta ou indireta, sendo elas os movimentos populares que envolvem questões como saneamento, mas não necessariamente com o viés ambiental, e sim social; o chamado feminismo da saúde que se preocupa com temas da sexualidade e do corpo da mulher relacionado ao debate ambiental em matéria de população; movimentos feministas que surgiram da vertente ecológica; e religiões e teologias cristãs que debatem a face feminina de Deus, o lugar da mulher na Igreja e seus ritos.

Sendo assim, é possível perceber que a realidade é que depois da ECO-92, as ações feministas que trabalham gênero e meio ambiente se concentraram mais localmente com associações comunitárias atuando em bairros, comunidades da área rural, etc., com poucos

investimentos por parte do governo a fim de garantir o cumprimento dos acordos assumidos nas conferências internacionais (CASTRO; ABRAMOVAY, 2003).

Por outro lado, um movimento que alia as mulheres e o campo ganhou destaque nacional, a chamada Marcha das Margaridas (Figura 2). Nomeada assim, em homenagem a Margarida Maria Alves, trabalhadora rural que se tornou símbolo de resistência ao lutar pelos direitos de igualdade no campo e contra a violência sexista, assassinada em 1983, na Paraíba (SILVA,2014).

Figura 2- Marcha das Margaridas, 2000



Fonte: Maria Claudia Ferreira da Silva.

De acordo com Silva (2014), a Marcha das Margaridas foi um marco do movimento social no Brasil, em aliança com a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), a Marcha Mundial das Mulheres, Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, do Conselho Nacional dos Seringueiros e da Central Única dos Trabalhadores que reuniram as mulheres do campo e da floresta marchando para Brasília a fim de reivindicar questões como

[...] a reforma agrária, preservação do meio ambiente, fortalecimento da agricultura familiar, garantia de direitos trabalhistas e previdenciários, proposição de programas e políticas sociais voltados para geração de renda, saúde, educação e enfrentamento à violência sexista. [...] além de denunciar a cultura patriarcal e machista reproduzida pelo modelo neoliberal, reivindicava o reconhecimento da mulher trabalhadora rural, agricultora familiar, assegurando-lhe o acesso à terra, a programas de apoio, à produção e comercialização e a políticas públicas para o desenvolvimento sustentável com igualdade de gênero. (SILVA,p.39, 2014).

Em vista disso, é perceptível o viés ecofeminista presente em tal agitação (Figura 3). Realizada nos anos de 2000, 2003, 2007, 2011, 2015 e 2019 a cada ano o reforço por uma

transformação das realidades desse mar plural de mulheres, e posteriormente homens, se fazia presente. Eram mulheres de variadas categorias: trabalhadoras rurais, sem-terra, extrativistas, assentadas, pescadoras, artesãs, indígenas, quilombolas, assalariadas e entre outras, de vários lugares do Brasil e de várias idades.

Figura 3 - A marcha das margaridas com a tendência ecofeminista.



Fonte: Maria Claudia Ferreira da Silva

A marcha de 2003 reuniu 30 mil mulheres a mais que a marcha anterior, totalizando 50 mil mulheres exigindo o fim da discriminação sexual no campo, visibilidade e reconhecimento, o cessar da fome e da pobreza. Entretanto, a segunda edição da Marcha das Margaridas, apresentou uma natureza de “denúncia, mobilização, formação, proposição e negociação.”, devido à mudança de governo da época, primeiro mandato do Governo Lula (SILVA, p. 6, 2014). Resultando em algumas conquistas para esse grupo como

[...]a criação de uma linha de crédito específica para mulheres no Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf Mulher; a criação do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural; a instituição, em caráter obrigatório, da titulação conjunta da terra em nome do homem e da mulher; a criação da Coordenadoria de Educação do Campo no Ministério da Educação; negociação com o Ministério da Saúde do Projeto de Formação de Multiplicadoras(es) em Gênero, Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos e o compromisso da Secretaria de Políticas para as Mulheres com a realização de campanhas educativas para a prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres.

Em 2007, seguindo com o mesmo lema das marchas anteriores, “Para Marchar Contra a Fome, Pobreza e Violência Sexista”, 70 mil margaridas se reuniram com maior força política. Em uma mescla de culturas brasileiras, essas mulheres se organizavam meses antes, no sentido intelectual e financeiro, com reuniões que abordavam as pautas defendidas

por ela, promoviam rifas, feiras, bingos, tudo a fim de custear os deslocamentos do grupo. Neste ano, tais aspectos foram organizados no dia da marcha, com a Feira Solidária das Margaridas (Figura 4) e tendas temáticas envolvendo palestras relevantes para articulação dessas mulheres. Dentre elas, a democratização do acesso a terra, aos recursos naturais e pela agroecologia, revelam a posição ecofeminista que esse importante acontecimento significou para o ecofeminismo brasileiro, além de considerar a pluralidade de classes, sexualidades, raças, etnias, religiões e modos de vida (SILVA, 2014).

Figura 4 - Feira Solidária das Margaridas



Fonte: Maria Claudia Ferreira da Silva

No ano de 2011, a Marcha das Margaridas ampliou a participação das mulheres incluindo à sua luta estudantes, domésticas, operárias, professoras, militantes, entre outras, de todas as áreas, gerações, raças e etc. Com o novo lema 2011 Razões Para Marchar por Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade, os eixos discutidos foram “Biodiversidade e Democratização dos Recursos Naturais; Terra, Água e Agroecologia; Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; Autonomia Econômica, Trabalho e Renda; Educação Não Sexista, Sexualidade e Violência; Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos.”, onde o compromisso ecofeminista ficava ainda mais reforçado, apesar de não se apropriarem deste termo (SILVA, p. 128, 2014).

A quinta Marcha das Margaridas, realizada em 2015, trouxe o lema “Margaridas seguem em Marcha por Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade” e os seguintes objetivos, segundo Lunas, et al (2014,p. 8)

- Fortalecer e ampliar a organização, mobilização e formação sindical e feminista das mulheres trabalhadoras rurais;

- Reafirmar o protagonismo e dar visibilidade à contribuição econômica, política e social das mulheres do campo, da floresta e das águas, na construção de um novo processo de desenvolvimento rural voltado para a sustentabilidade da vida humana e do meio ambiente;
- Apresentar, por meio de proposições, nossa crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico a partir de uma perspectiva feminista;
- Contribuir para a democratização das relações sociais no MSTTR e nos demais espaços políticos, visando a superação das desigualdades de gênero e étnico-raciais;
- Protestar contra as causas estruturantes da insegurança alimentar e nutricional que precisam ser enfrentados para a garantia do direito humano à alimentação adequada e da soberania alimentar;
- Denunciar e lutar contra todas as formas de violência, exploração e discriminação contra as mulheres, no sentido da construção da igualdade;
- Atualizar e qualificar a pauta de negociações, propondo e negociando políticas públicas para as mulheres do campo, da floresta e das águas, considerando as suas especificidades;
- Lutar por aperfeiçoamento e consolidação das políticas públicas voltadas às mulheres do campo, da floresta e das águas, nas esferas municipal, estadual e federal, contribuindo para que incidam no cotidiano das mulheres rurais.

Por último, a sexta Marcha das Margaridas realizada aconteceu em 2019, em um contexto político conservador e fundamentalista, o caráter de denúncia se mostra mais presente, incluindo os retrocessos da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 95, reflexos do governo de Michel Temer, que limita os gastos públicos nas áreas sociais; a Reforma da Previdência; a cultura do ódio promovida pelos próprios chefes de Estado; os crimes da mineradora Samarco e Vale do Rio Doce contra o meio ambiente em Mariana e Brumadinho e o genocídio de povos tradicionais, devido a desmatamentos ilegais, entre outros. Tal realidade só reafirma a importância da marcha no Brasil por causa de sua característica integradora (CONTAG, 2018).

Em suma, é importante ressaltar que as conferências internacionais têm um papel importante na discussão de assuntos muitas vezes secundários nas pautas de interesse político e econômico de cada país. Entretanto, geralmente o que se produz desse debate são algumas políticas que garantem certos direitos e compromissos dos chefes de Estado em continuar criando mecanismos que atendam a demanda exigida, mas como a própria Constituição Federal, na prática, as ações são mínimas. As ONGs e associações tentam fazer um monitoramento, mas ainda assim seu alcance é limitado ao local e, muitas vezes, o desconhecimento da população civil dos instrumentos para garantir seus direitos acaba favorecendo o descaso com essas políticas e demandas. (CASTRO; ABRAMOVAY, 2003) E por isso, o ecofeminismo tem uma proposta integradora de movimentos que pode possibilitar mobilizações populares tão grandes como a Marcha das Margaridas.

Contudo, segundo Castro e Abramovay (2003, p. 101-102) sobre a relação gênero e natureza

Falta no plano global, e sobretudo no Brasil, teorização e base de pesquisa mais consistente para firmar premissas de que a desigualdade de gênero é de fato um fator de não-sustentabilidade social. Em uma perspectiva de convergência ambiental e social, há campo para desenvolver as implicações das desigualdades de gênero. Precisamos de estudos de caso e investimento em teorização. Faltam análises, em tal perspectiva, sobre meios rurais, relacionando sustentabilidade social e ambiental.

4 METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida a priori com um levantamento bibliográfico sobre o elemento central da pesquisa: o ecofeminismo. Com enfoque no seu contexto histórico, sua origem e linhas de pensamento foi realizada uma sondagem de artigos, livros, revistas e sites de organizações nacionais e internacionais a fim de desenvolver uma revisão de literatura que subsidiou a análise, a partir de parâmetros nacionais e internacionais.

O *locus* da análise desta pesquisa, sobre lideranças e o pensamento ecofeminista, foi o estado do Ceará. Utilizou-se como escolha metodológica uma lista dos principais conflitos socioambientais desse estado. Dessa maneira, usou-se como guia o “Dossiê Denúncia- Conflitos Socioambientais e Violação de Direitos: Impactos dos Grandes Projetos Econômicos sobre Comunidades Tradicionais e Lutas em Defesa dos Direitos Territoriais no Estado do Ceará.” coordenado pelos professores: Raquel Maria Rigotto e Antonio Jeovah Andrade Meireles, onde selecionou-se sete conflitos dos dez apresentados no documento. Dentre os apresentados no documento, os seguintes conflitos foram retirados da análise, pois se distanciam do contexto ecológico, estritamente tratado, são eles: “Violação de Direitos Humanos da População de Rua, Crianças e Adolescentes, População Carcerária e Remoções na Região Metropolitana de Fortaleza; Mega Eventos/Copa do Mundo da Fifa de 2014, a obra do Veículo Leve sobre Trilhos em Fortaleza; Promoção, Proteção e Defesa de Direitos da Juventude.” Além disso, foi incluído no grupo de temas geradores/conflitos sócio ambientais as lutas pela terra no estado do Ceará, que têm sido celeiro de lideranças ecofeministas do Brasil.

A partir desta escolha, criou-se uma rede de contatos com assessorias de cada comunidade e movimentos sociais, realizando contato por e-mail e telefone para que as organizações indicassem as principais lideranças à frente dos referidos conflitos. Escolheu-

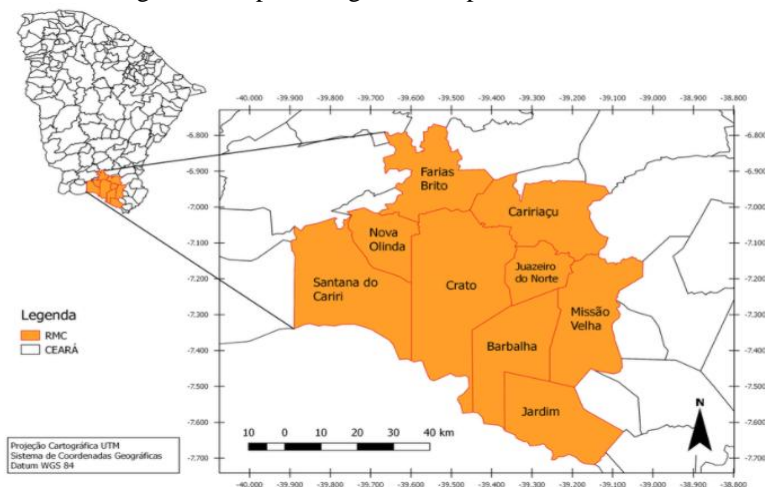
se uma liderança de cada conflito, exceto dos conflitos no Cariri, devido apresentar dois contextos conflitantes diferentes, Aterro Sanitário e Cinturão das Águas, logo escolheu-se um de cada, o mesmo acontecendo nos conflitos indígenas de demarcação de terra, apesar de serem dois na Região Metropolitana de Fortaleza, apresentam perspectivas diferentes, também incluído no tópico a situação do povo Tapuya-Kariri. As informações foram coletadas por meio de entrevistas semi-estruturadas, realizadas virtualmente, devido ao momento de pandemia vigente no decorrer deste trabalho. No capítulo a seguir as entrevistas estarão sistematizadas em seu contexto de análise, que foram os conflitos socioambientais do estado.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Lideranças do Cariri: o caso do Aterro Sanitário e do Cinturão das Águas.

Na Região Metropolitana do Cariri (Figura 5), em especial nos municípios de Caririaguá e Crato, conflitos socioambientais afetam as comunidades tradicionais do Baixo das Palmeiras e do Sítio Gravatá.

Figura 5- Mapa na Região Metropolitana do Cariri



Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)
Adaptado por Paulo Roberto Megna Francisco (2019)

5.1.1 O Cinturão das Águas e a comunidade de Baixo das Palmeiras no Crato.

O Cinturão das Águas (CAC), segundo Pinheiro (2019) é um projeto de aproximadamente 1.3000 km, que visa aumentar a disponibilidade de água para a

população e para as atividades socioeconômicas, complementando a Transposição do São Francisco, por meio de canais com sifões, aquedutos e túneis, acumulando e distribuindo água para regiões do estado. No entanto, Rigotto e Meireles (2013) registraram que as comunidades que vivem no entorno deste empreendimento sofrem com a falta de água, enquanto os perímetros irrigados que produzem para exportação cultivam em grande quantidade, assim como as atividades do Complexo Industrial e do Porto do Pecém são bem abastecidos, mostrando que o projeto atende, prioritariamente, interesses específicos que caminham na lógica capitalista liberal.

Neste contexto, situa-se a comunidade de Baixio das Palmeiras, localizada na área do empreendimento, no município do Crato e na Chapada do Araripe, região que contém unidades de conservação atingidas pelo projeto. A comunidade é composta por agricultores tradicionais, cultiva atividades de devoção aos antepassados, atividades educacionais, de lazer, como a dança maneiro-pau, e possui uma rádio comunitária que auxilia na organização comunitária e desenvolvimento cultural local. O território onde se encontra a comunidade ainda é fonte de importante patrimônio arqueológico e paleontológico. A comunidade relatou abusos psicológicos, físicos e descaso com os moradores da comunidade, sua cultura e seus espaços de vivência (RIGOTTO; MEIRELES, 2013).

De acordo com a Política Nacional dos Recursos Hídricos, Lei 9.433, “a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.” (BRASIL, 1997). Dessa maneira, a participação dos moradores de Baixio das Palmeiras deveria ter sido considerada. Contudo, o que aconteceu foi invasão das propriedades e das residências utilizando força policial, manipulação de informações e abuso psicológico e físico, a fim de permissão para avaliação do território com finalidade de desapropriação. O fato é que por ser uma obra de grandes dimensões não se sabe exatamente ao certo o tamanho das consequências socioambientais das regiões afetadas ao longo dos anos, ainda mais quando realizada numa região de tamanha diversidade ecológica e cultural como esta (RIGOTTO; MEIRELES, 2013).

Em meio a esse contexto, foi entrevistada a senhora Maria de Lourdes, de 57 anos, conhecida por todos da Chapada do Baixio, localizada em Baixio das Palmeiras, por Nina. Liderança em sua comunidade Nina é coordenadora da capela Nossa Senhora das Graças e do grupo das Fuxiqueiras, este fundado em 10 de janeiro de 2017 pela mesma. Além disso,

é agricultora e aposentada, assim como o marido, José Cícero, o Zé do Teta, com quem é casada há 35 anos e têm três filhos e três netos (informação verbal)².

O trabalho com os artesanatos se mostrou como a principal atividade de liderança e empoderamento³ que Nina e as outras mulheres vivenciam (Figura 6). Inicialmente composto por 20 mulheres, hoje com 11, a ideia partiu da entrevistada que descreve como um sonho que conseguiu realizar (informação verbal)².

[...] foi eu que quis mesmo, não foi por instruções de ninguém, por indicação de ninguém. Eu fui fazer esse curso [...] de artesanato e fuxico, mas eu não quis ficar sozinha, eu nunca gostei de ficar sozinha. Eu queria também ajudar minhas vizinhas, inclusive tem duas cunhadas minha que são desse grupo, eu queria ajudar elas, no sentido de elas aprenderem a fazer o artesanato e ter uma fonte de renda, ajuda a vender alguma coisa, [...] ganhar alguns trocos pra ajudar em casa. Mas aí eu ia só ajudar elas durante 15 dias e depois eu ia ficar fazendo meu artesanato em casa, só que elas também não quiseram, não dava certo fazer sozinhas em casa e quiseram ficar. Aí eu formei o grupo, graças a Deus [...]. (informação verbal)².

Figura 6 - Grupo das Fuxiqueiras



Fonte: Nina, localizada no canto à direita.

² Fala da líder popular Nina concedida em entrevista virtual à Dominique Lima de Moraes em fevereiro de 2021.

³ O conceito de empoderamento é complexo e diverso traçando várias narrativas entre seu foco de análise. No intuito desse trabalho o conceito utilizado se refere ao processo e controle das relações de poder dependendo da sua esfera, por exemplo recursos materiais, ideológicos e intelectuais. (MARINHO E GONÇALVES, 2016; BATLIWALA, 1997)

Nina, ainda reflete que o maior ganho delas com o grupo de fuxico, não é o dinheiro, que na verdade é muito pouco, todo dividido igualmente entre elas e o que sobra é destinado a compra de mais material, mas sim o fato de estarem juntas com outras mulheres num momento de troca. Esse grupo é um espaço de convívio com a vizinhança, acolhimento para quem tiver passando por problemas, chegando até a ir atrás das pessoas, como mulheres que estão sofrendo de depressão ou outras dificuldades, para incluí-las nas atividades do grupo (informação verbal)².

Dessa forma, é possível perceber um caráter de irmandade entre as mulheres da comunidade da Chapada do Baixio, se apoiando umas nas outras para enfrentar as adversidades juntas, algo característico do feminismo, chamado sororidade, que é uma relação de irmandade feminina no âmbito político e ético, como uma única entidade que se une com propósitos em comum, relativo às experiências com o patriarcado, promovendo proteção, preservação, solidariedade e defesa dos direitos do grupo, no caso, as mulheres (PENKALA, 2014).

O grupo também permitiu a elas ter acesso às informações vindas de sindicatos, associações e entidades que fez com que elas enxergassem a si mesmas exercendo outros tipos de atividades como sair para feiras e viagens. Acharam suas vozes ao enfrentarem seus maridos, que a princípio reclamavam do grupo de fuxiqueiras e eram até mesmo violentos. Hoje, essas mulheres, não se sentem mais inferiores a eles, se sentem iguais e eles até ajudam o grupo (informação verbal)².

[...] esse grupo só fez a gente crescer em tudo e assim a gente no que tiver de alguma manifestação assim na comunidade, pode ser Cinturão das Águas ou qualquer outra coisa, a gente tá juntas[...]. É um grupo que nasceu pra continuar, pra fortalecer cada vez mais as mulheres. (informação verbal)².

Ao ser questionada como está a situação do Cinturão das Águas refletindo na comunidade, Nina relatou que a maior parte das famílias já foram desapropriadas das suas habitações, algumas recebendo indenizações, outras ainda não. No caso dela, não perdeu muito terreno por parte do seu terreno ter sido herdada do pai, mas a preocupação com os vizinhos com quem conviveu a vida toda foi muito grande. Essa preocupação chegou até mesmo a levar alguns idosos à morte, por conta da notícia de uma possível mudança de realidade que iria ocorrer por conta desse empreendimento, mostrando que a violência psicológica ainda está presente neste conflito (informação verbal)².

Apesar de, na Chapada do Baixo, a questão de água não ser um problema na comunidade, Nina pontua:

[...] não sabemos quando o Cinturão das Águas passar aqui, com os escavamentos, quais os prejuízos que ele vai trazer e o que pode acontecer, né. Porque vai mexer com canos, vai mexer com energia e vai mexer com muita coisa, então. É por isso que eu falo que daqui pra frente a gente vai ter prejuízo, daqui pra frente a gente não pode esperar nada bom, quanto ao Cinturão das Águas. (informação verbal)².

Devido a isso, o futuro dos filhos e dos netos é uma preocupação frequente para Nina, ajudando em toda e qualquer dificuldade deles, mesmo que falte para ela. Além disso, ela realiza todos os serviços de cuidado em casa como cozinhar, cuidar das pessoas doentes, arrumar a casa e ainda se prontifica a ajudar os vizinhos seja com o que for (informação verbal)².

A saber disso, é possível perceber os primeiros aspectos de princípios ecofeministas na vivência de Nina, que apesar de trabalhar com os serviços do cuidado, fundamentais para manutenção da vida, sem remuneração nenhuma, encontrou uma relação de empoderamento feminino, com o grupo de fuxico realizado em um espaço que remete ao natural (embaixo das árvores), e a presença de sustentabilidade ao ter essa preocupação com suas futuras gerações e da comunidade em relação ao conflito socioambiental. Sendo assim, sobre ser feminista e ativista ambiental, Nina se considera ambos, pois “Eu estou sempre pronta a ajudar desde que esteja ao meu alcance, eu me sinto sim ativista, em qualquer circunstância.” (informação verbal)².

Sobre as consequências dos conflitos socioambientais, a entrevistada afirma que no começo os homens se organizavam com as entidades para impedir o avanço do Cinturão das Águas, mas que a maioria era mulheres, então conclui que a preocupação maior desses desdobramentos é das mulheres (informação verbal)².

Dessa maneira, as circunstâncias para o surgimento do ecofeminismo, aqui é muito visível, entretanto ainda parece ser muito vago, ao passo que há um reforço maior no feminismo em si. Apesar disso, uma conexão com elementos da natureza em que essas mulheres convivem, como o ambiente do grupo de fuxico, a relação com a terra e alimentação na agricultura e os serviços de cuidado, permite dizer que há traços do ecofeminismo radical.

Em recado para as futuras gerações de mulheres, Nina diz “[...]que elas sejam otimistas, batalhadoras, guerreiras, independentes desde que seja para o seu próprio bem e que não desistam dos seus sonhos por conta de ser mulher.” (informação verbal)².

5.1.2 Aterro sanitário e a comunidade Gravatá em Caririaçu.

Com a implementação da Política Nacional dos Resíduos Sólidos que “reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações [...], com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.” (BRASIL, 2010), o Aterro Sanitário passou a ser visto como uma solução para a problemática de destinação do lixo nas regiões de Juazeiro do Norte, um dos principais centros econômicos do Cariri e Caririaçu (CEARÁ, 2012).

No entanto, a implementação deste empreendimento afetou a comunidade Gravatá que vive no entorno na área aprovada para a instalação do aterro. Além disso, há a invisibilização da comunidade ao omitir nos documentos recursos como cisternas, poços, açudes, riachos, escola e posto de saúde. Ou seja, houve uma desapropriação cultural e territorial dessa população. Ainda existe a classe dos catadores que reivindicam uma organização de cooperativa, pois muitos acabaram ficando sem moradia e vivem nas ruas (RIGOTTO; MEIRELES, 2013).

A partir desse contexto, foi contatado por email a Cáritas Diocesana, originada na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que tem como objetivo promover a solidariedade em toda a comunidade, seguindo princípios cristãos e do Bem Viver, ajudando e acolhendo, em especial, as questões dos que vivem em situações desfavorecidas (CÁRITAS BRASILEIRA, 2021).

Por ser organizada em regiões, a organização contatada foi a do Crato, que indicou um contato de uma liderança popular feminina da região. Entretanto, a pessoa não quis realizar a entrevista. Em busca de um novo contato, entrou-se em contato com uma página de rede social destinada à comunidade Gravatá, porém não ofereceram outros nomes para a pesquisa.

5.2 Liderança dos atingidos por barragens: o caso da Barragem do Figueiredo

O Nordeste do Brasil possui regiões semiáridas definidas “pela aridez do clima, pela deficiência hídrica, com imprevisibilidade das precipitações pluviométricas, e pela presença de solos pobres em matéria orgânica.” (SILVA, 2006, p. 15). Apesar disso, a região é muito mais complexa do que suas características descrevem, tanto ambientalmente como socialmente, e por isso seus processos de ocupação e posteriormente exploração econômica, provocaram desigualdades extremas na distribuição dos seus recursos (SILVA, 2006). Isso porque, desde a criação de políticas de desenvolvimento da área, com a justificativa de melhorar as condições da população do local, o que se apresentou foi um território explorado para atender os interesses capitalistas dos grandes proprietários. Como relata Baptista (2013, p. 192), exemplificando:

As políticas de aquisição de terra no Brasil favorecem grandes empresas nacionais ou internacionais, de modo que os grandes empresários e empreendedores de grandes projetos econômicos possam adquirir a terra e especular com a mesma. Enquanto isso, as comunidades tradicionais são expulsas de suas terras ou de terras devolutas do Estado, sem possibilidades de viver e de ter segurança alimentar e nutricional.

Nesse sentido, localizada no Vale do Jaguaribe, mais precisamente no afluente do rio Jaguaribe, o rio Figueiredo, a barragem do Figueiredo é um empreendimento implementado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) proveniente do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e financiada pelo Governo do Ceará e Federal. Tal iniciativa gerou conflitos diretos na Comunidade da Lapa, na Comunidade Vila São José, no Assentamento Oziel Alves, no Assentamento Boa Esperança, no Sítio Angico e no Sítio Santa Lúcia localizadas nos municípios de Iracema, Potiretama e Alto Santo, devido os processos de desapropriação da terra onde viviam, local que seria inundado para construção da barragem (RIGOTTO; MEIRELES, 2013).

Além disso, entre outros problemas listados por Rigotto e Meireles (2013) estão a corrupção nos cadastros das famílias, a exclusão das comunidades de projetos sociais e dificuldade de acesso a créditos produtivos durante mais de dez anos, endividamento, a ruptura do acesso das famílias a serviços públicos essenciais e a terra para produzir, ameaça de enchentes, ameaça à integridade física, à destruição de pertences e ao direito à moradia, a destruição da memória, do patrimônio histórico, cultural e arqueológico, a territorialização do agronegócio.

A saber disso, moradora da comunidade Lapa, em Potiretama, Antônia Alves, de 51 anos, é católica, casada, mãe de três filhos e avó de um neto, sendo a liderança feminina popular entrevistada. Tira seu sustento do programa Bolsa Família e da agricultura, onde planta milho, feijão, batata, melancia, jerimum, tudo sem agrotóxicos, e cria alguns animais. Depois de 45 anos, se formou no ensino médio e, atualmente, é presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais do Sítio Lapa (informação verbal)⁴.

Tal papel de representação partiu dela mesma, ao observar que os agricultores da região tinham medo de não saber resolver os problemas que enfrentavam, por não saber ler ou escrever, assim tomou a frente da situação, “por causa do meu desenvolvimento, minha inteligência que eu já tinha e foi isso aí que me incentivou.” Em detrimento disso, os homens da comunidade respeitam muito a liderança de Antônia, que trabalha para todos em coletivo, portanto quando o mandado dela acaba eles sempre a apoiam para continuar representando eles (informação verbal)⁴.

Sobre o conflito com a construção da Barragem do Figueiredo, Antônia relata que foi muito difícil para as famílias da Lapa, porque eles não entendiam muito bem o que ia acontecer. Mas, depois de contatos com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a comunidade aprendeu bastante e foi incentivada a participar da luta, até mesmo em outras regiões. Depois de 12 anos, hoje, Antônia informa que as disputas chegaram ao fim, pois eles já possuem suas terras para viver (informação verbal)⁴.

Nesse sentido, a entrevistada não reflete sobre o futuro dos filhos e neto, devido à garantia de ser proprietária da própria terra e em virtude deles terem ido trabalhar em São Paulo, em busca de mais desenvolvimento, mas caso um dia resolvam voltar, está assegurado na terra conquistada um meio deles sobreviverem, pois não praticam desmatamentos, queimadas ou usam veneno. "A nossa natureza aqui possui de tudo um pouco, de todo tipo de animal, de árvores [...] É uma comunidade preservada mesmo, a gente mora rodeada de árvores no nosso quintal, em todo canto que a gente olha na região a gente vê as árvores." Por outro lado, a Barragem do Figueiredo ainda não encheu, logo, não se sabe se afetará de alguma forma a comunidade Lapa (informação verbal)⁴.

⁴ Fala da líder popular Antônia concedida em entrevista virtual à Dominique Lima de Moraes em março de 2021.

Ao ser interrogada sobre sua identificação como ativista ambiental, Antônia não entendeu muito pelo termo em si, mas considerou que se referia “sobre a natureza, sobre as coisas do ambiental”, confirmando que é protetora do meio ambiente (informação verbal)⁴.

Porque eu acho,[...] que se não proteger o meio ambiente, com o tempo a gente vai ficar sem ter como sobreviver, com a poluição, o desmatamento, o veneno que é usado por milhares de gente, hoje muita gente só trabalha assim. E a gente incentivando, conversando, explicando as famílias que, às vezes, não tem muito o entendimento, eles vão entendendo e a gente vai dando um pouco da gente, né. Protegendo e controlando mais. E a gente trabalha também na nossa área de terra. [...] Se a gente não fizer a proteção, a gente vai ficar sem o peixe, sem uma parte do alimento da gente. (informação verbal)⁴.

Já no que tange ao feminismo, a liderança não sabia muito sobre o assunto para se classificar ou não. Depois de uma breve explicação em que esclareceu se tratar de um movimento social que buscava a igualdade dos direitos das mulheres, pois estas sofriam muito preconceito, só por serem mulheres, e que elas buscavam estar em espaços coletivos, assim como os homens sempre estiveram, Antônia acha que é sim, porque sempre participou de espaços coletivos e reuniões de articulações, representando sua comunidade, tanto mulheres como os homens. Além disso, a comunidade sempre foi um espaço livre para as mulheres, onde pode escolher se quer sair pra trabalhar ou pra estudar, se quer ficar em casa, sendo independentes para escolher que caminhos preferem (informação verbal)⁴.

Nesse ponto aí, eu acho que eu sou feminista, nesse ponto aí de ajudar, eu sempre trabalhei pra ajudar a minha comunidade por igual, não tem diferença de ser homem ou mulher, eu sou a que representa as 45/50 famílias. Sou representante de todas, é no município, é quando precisa em Fortaleza no DNOCS, esses órgãos aí tudo sou eu que representa as família aqui, todos os atingidos da minha comunidade e os que não são também.(informação verbal)⁴.

Em vista disso, os serviços de cuidado aqui aparecem sobre a organização de divisão na família de Antônia, onde os filhos fazem as tarefas domésticas, como limpar e cozinhar, da mesma forma que ela. E assim, nas lutas, visto que, apesar dela ser a representante, ia sempre um grupo de pessoas com ela nas reuniões e nas manifestações, devido ao forte sentimento de coletividade que eles pregam. Portanto, durante o enfrentamento da obra da barragem, todos realizaram acampamentos para ocupação, tendo suporte da Cáritas Diocese de Limoeiro do Norte. Por isso, Antônia não vê distinção do homem ou a mulher sofrer mais ou menos no que se refere às consequências dos conflitos socioambientais, como também na preservação da natureza (informação verbal)⁴.

Aqui na nossa comunidade, nós somos uma família, assim que eu acho que esse tipo de trabalho, observação da natureza é igual. Porque assim, eu acho que pertence aos dois, aqui a gente usa igual, tanto homem como a mulher. Nosso trabalho aqui não tem diferença, a mulher trabalha, a mulher observa a natureza, a gente faz um trabalho em conjunto. (informação verbal)⁴.

Sendo assim, ao observar o contato com a natureza muito presente na vida em comunidade, as relações dualistas homem/mulher, de certa forma superadas, construindo um espaço em que a luta ambiental é de ambos, pois afeta a ambos, apresenta aspectos do ecofeminismo liberal.

Por fim, em mensagem para as mulheres da próxima geração, Antônia reforça: "[...] Que elas continuassem né, na luta, trabalhando em conjunto, trabalhando em comunidade, defendendo a nossa natureza. E continuasse a luta que a gente vai deixar pra elas seguirem em frente." (informação verbal)⁴.

5.3 Liderança camponesa: o caso dos perímetros irrigados no Baixo Jaguaribe.

Com a consolidação do modelo capitalista que consiste em características fortemente ligadas com a busca incessante do crescimento econômico, o poder da globalização provocou mudanças até mesmo no ambiente rural, visto mais fortemente no Brasil devido ser um país predominantemente agrícola. Dessa forma, projetos como os de agricultura irrigada foram implementados, especialmente na região Nordeste, por ser considerada uma área de “significativo potencial agricultável, caracterizado pelos solos férteis, presença hídrica, clima favorável e abundante força de trabalho.” (PONTES *et al.*, p.3214).

Entretanto, tais empreendimentos mascaram a realidade das populações tradicionais, que já residiam ali com seus modos de vidas próprios, em contraponto da imposição do modelo agrário liberal baseado no “[...] uso de insumos mecânicos e químicos, sobretudo os agrotóxicos, pela inserção da irrigação e pela imposição de culturas agrícolas previamente selecionadas de acordo com a rentabilidade do mercado [...]” (PONTES *et al.*, p. 3214, 2012). Ou seja, há um processo de desterritorialização de comunidades em prol do desenvolvimento econômico do país, caracterizado por uma política de exportação e favorecimento de capital privado. Fato que ocorre ao perceber que a concentração de terras na categoria das empresas em relação à distribuição dos perímetros irrigados é valorizada, enquanto aos moradores da região são negligenciados em inúmeros aspectos (PONTES *et al.*, 2012).

Diante disso, o Perímetro Irrigado do Jaguaribe-Apodi foi implementado no final dos anos 80, nos municípios cearenses de Limoeiro do Norte e Quixeré, provocando conflitos sociais, ambientais, econômicos, territoriais e de saúde com a população localizada na Chapada do Apodi. Dentre os quais estão a concentração de renda e terra, a exploração e a contaminação dos trabalhadores devido aos agrotóxicos e como consequência a degradação ambiental, a expropriação do agricultor familiar e camponês e a destruição de comunidades rurais, a violência e o aumento de uso de drogas e da exploração sexual (RIGOTTO; MEIRELES, 2013).

A saber disso, a entrevistada Mônica Oliveira, moradora do acampamento Zé Maria do Tomé, é casada, mãe de quatro filhos e católica, não se considera uma representante da sua comunidade. Entretanto, faz parte da coordenação do acampamento há sete anos, formou um grupo de mulheres junto com outra amiga, com a finalidade de “[...] conversar, se enturmar mais, ajudar nos espaços, porque a mulher tem que participar dos espaços. [...] E aí a gente participa do espaço coletivo, organiza plenária, organiza cozinhas coletivas.” (informação verbal)⁵.

Além disso, esse grupo realiza a produção de artesanatos, frutas e verduras para vender em feiras organizadas para divulgar a comunidade e que juntas já inspiraram outras populações a formar seus próprios grupos de mulheres. Porém, por causa da pandemia, as feiras não estão acontecendo e Mônica afirma que: “A gente tá doído que termine logo isso pra gente poder voltar a trabalhar, ser reconhecida, ter o nosso próprio dinheiro, não tá precisando, não tá dependendo de homem. [...] A gente quer o nosso espaço, a nossa liberdade.” O que expõe o impacto dessa organização na vida dessas mulheres (informação verbal)⁵.

Sendo assim, é do artesanato e da agricultura familiar que ela tira o sustento da sua família (informação verbal)⁵, bem como todo o acampamento em que a atividade com os quintais produtivos são a base da segurança econômica, alimentar e cultural devido a relação de diversidade das plantações com o meio de vida de subsistência que essas famílias praticam, assim com um forte viés agroecológico (OAKLEY, 2004).

⁵ Fala da líder popular Mônica concedida em entrevista virtual à Dominique Lima de Moraes em fevereiro de 2021.

Em contrapartida a isso, o acampamento se localiza na segunda etapa dos perímetros irrigados, onde vivem com insegurança e instabilidade por não possuírem a terra em que moram, trabalham e produzem e “[...] isso, muitas vezes, desanima as pessoas. O fato também da gente morar cercado do agronegócio tem muito preconceito, tem muita desvalorização da comunidade.” (informação verbal)⁵.

Nesse aspecto, Mônica se preocupa com o futuro dos filhos e dos netos, estes que um dia virão, apesar de entender que a maioria da sociedade não faz o mesmo ao ainda consumir do agronegócio poluído com veneno e conclui que: (informação verbal)⁵

[...] o produto agroecológico é desvalorizado, eu já tive [...] uma época aqui de produzir bastante verdura agroecológica e eu passava por preconceito e não conseguia nem vender, porque o produto ficava pequeno, ficava um pouco deformado. Isso aí, também, desanima pra gente produzir diferenciado.” (informação verbal)⁵.

Desse modo, a entrevistada apresenta uma visão sustentável, apesar de suas experiências desafortunadas.

Em relação aos serviços de cuidado, Mônica relata que a jornada das mulheres é mais difícil, apesar da comunidade ter visões diferentes sobre muitas coisas, apenas ela e a filha realizam serviços de casa e da família, sendo destinado para os homens os cuidados com a produção dos alimentos, que ainda assim, são auxiliados pelas mulheres. Com o grupo de mulheres, elas puderam se ver em outros espaços, mas unindo com a realidade doméstica. Embora, muitos homens no começo não tenham apoiado suas esposas, e alguns até hoje resistirem, às fazendo repetirem um discurso machista ao acharem que as mulheres participantes querem “ser homem”, pois ocupam lugares em que expõe suas opiniões, eles já reconhecem o valor do grupo, de certa forma (informação verbal)⁵.

É tanto que em reunião da comunidade, eles deliberaram o espaço coletivo das plenárias pra as mulheres organizarem, né. Eu acho que, no começo, eles botaram como se fosse uma meta pensando que a gente não ia atender, mas graças a Deus, as meninas dão conta de tudo bem direitinho. A gente reúne de 15 em 15 dias. Algumas mulheres não vão, porque não gostam mesmo de participar de grupo de reunião, [...] outras que não vão, porque o marido não deixa e aí a gente vai se mobilizando, tentando cada dia mais convidar as outras pra participar, pra se enturmar e conseguir aumentar o grupo, né. (informação verbal)⁵.

Quando questionada sobre ser feminista, Mônica não entendeu a princípio, mas ao explicar que é, em geral, a busca pelos direitos das mulheres de estar nos espaços que elas quiserem, e ao realizar uma pesquisa própria, ela constatou que se considera sim, feminista

porque “eu luto pelos meus direitos. Eu quero meu espaço de poder ir e vir, falar onde eu estiver, falar [...] sem ter medo [...] de ser feliz.” (informação verbal)⁵.

Sobre o aspecto ambiental, a entrevistada ressalta a importância do debate ambiental e sua defesa, por ouvir bastante sobre problemas como escassez, desmatamento e poluição, mas por acreditar não ser ativa sobre essas causas, não se vê como uma ativista ambiental. (informação verbal)⁵. Por outro lado, ela conta que

[...] no grupo de mulheres, a gente agora tá fazendo reciclagem para ajudar o meio ambiente, não é muita coisa não, [...] a gente só faz a nossa própria comunidade, mas já é um pequeno passo que se outras comunidades ver e também fizer reciclagem, né dos lixos, e não ficar fazendo queimadas e tudo já é uma ajuda.(informação verbal)⁵.

Com esses aspectos, é possível concluir que Mônica não enxerga como seu trabalho seja com os quintais produtivos, seja na articulação das mulheres, promovem perspectivas feministas e ecológicas nos moradores do acampamento Zé Maria do Tomé, sendo fundamental por solidificar essas relações como as tradições culturais, propiciando uma consciência para as futuras gerações de resistir ao agronegócio que os cercam e encontrar maneiras de assegurar seu modo de vida. Dessa maneira, ela relata que acredita que as mulheres são mais sensíveis ao que tange às questões socioambientais, pois “[...] muitas mulheres são bastante dispostas a ajudar, a participar [...] dos coletivos e eu acho uma participação bem interessante aqui das mulheres. As mulheres também são menos preconceituosas, né, sabem se ajudar entre si, bem mais diferente que o homem.” (informação verbal)⁵.

Em vista disso, é plausível dizer que há indícios do ecofeminismo clássico, apesar de sem muitos aprofundamentos, pois a liderança está emergindo para os aspectos do feminismo. Como expresso na mensagem para as mulheres da futura geração, ao desejar que

[...] nunca desistam de lutar por igualdade. Acho que esse tem que ser o ponto essencial pra todas as mulheres, nunca deixar de lutar pelos espaços, que a gente tenha direito de ir e vir pra onde a gente quiser. Tem um fato que eu acho assim muito triste, é a mulher não pode se vestir de acordo com o que quer,[...] que o homem vai ficar olhando, vai ficar soltando piada, eu acho isso muito feio, né. [...] Como eu aprendi, aqui, na comunidade com o MST, de ter o direito de falar igual com o homem, né? Aqui, a gente vai para a reunião, o homem e a mulher tem o direito da opinião, não é só homem. [...]. A mulher também tem que participar mais na política, tem muito homem na política. Esse pensamento machista também atrapalha muito a nossa sociedade. (informação verbal)⁵.

5.4 Lideranças indígenas: o caso da demarcação de Terras Indígenas.

Desde o processo de colonização, o genocídio indígena e sua exploração, a sociedade ocidental brasileira percebe o ser indígena como algo do imaginário dos livros de história logo não existe mais. Se por um lado, o ser indígena idealizado que vive em florestas majestosas, anda nu e não possui contato com tecnologias atuais é sustentado, por outro a invisibilidade desse povo vai muito além disso. Dito isso, o contexto de demarcação de terras indígenas obteve maior espaço para uma movimentação de resistência desses povos a partir de direitos assegurados juridicamente. Dentre esses direitos, está a Lei 6.001 (BRASIL, 1973, p.1) que em seu art. 18, 1º parágrafo afirma “Nessas áreas, é vedada a qualquer pessoa estranha aos grupos tribais ou comunidades indígenas a prática da caça, pesca ou coleta de frutos, assim como de atividade agropecuária ou extrativa.” Anos depois, um marco, bem significativo, legalmente, foi o reconhecimento dessa população, sua cultura e importância ambiental na Constituição Federal de 1988, art. 231. Enfim, em 1996, a lei 1.775 organizou legalmente os processos administrativos de delimitação de terras indígenas.

Entretanto, na prática, o processo de delimitação de terras indígenas enfrenta os grandes proprietários de terra e empreendimentos que são beneficiados direta ou indiretamente com as políticas públicas que aplicadas ou não permanecem em favor de quem provém ou proverá maior desenvolvimento econômico. Por isso, há descaso ao tratar os processos jurídicos de reivindicação desse povo (RIGOTTO; MEIRELES, 2013).

Apesar de inúmeras etnias presentes no Ceará resistindo acerca dessa questão, aqui será dado maior enfoque nos Tapebas e nos Pitaguary, localizados na Região Metropolitana de Fortaleza, nos município de Caucaia e entre Maracanaú e Pacatuba, respectivamente, e nos Tapuya-Kariri, na região da Ibiapaba.

5.4.1 Pela Terra Indígena Tapeba.

Segundo Rigotto e Meireles (2013, p. 181) “foi a primeira etnia indígena a ‘levantar a aldeia’ no nosso Estado”. Assim como toda população indígena, passou por um processo de invisibilidade étnica, cercado de estereótipos, até assumir sua cultura como forma de resistir por sua existência e por seu território. Dentre as principais atividades estão a agricultura, o extrativismo e o artesanato referentes aos da área rural e comércio, pequenos negócios e

trabalho assalariado, como de professores, agentes de saúde, provenientes de iniciativa pública e até mesmo trabalhos em cerâmicas, vindas da iniciativa privada, ambas referentes ao ambiente urbano da cidade (SOARES; SOUSA, 2012).

Entre os problemas pela delimitação das suas terras, desapropriações e expulsões sem garantias ocorreram, em especial quando não havia uma forte representatividade política por parte dos índios. Além disso, eram ameaçados pela polícia e pelos “proprietários” das terras e resistiram como cita Rigotto e Meireles (2013,p.177) pela

a luta pelo direito à pesca de crustáceos na área de mangue, à margem esquerda do rio Ceará, contra as pressões dos condôminos da Fazenda Soledade; a luta pela posse de terreno da marinha à margem direita do rio Ceará, ainda em área de mangue, contra a transferência do foro para as indústrias T.B.A. (Técnica Brasileira de Alimentos); as denúncias contra a localização da rampa de lixo da companhia de limpeza urbana do município nessa mesma localidade; a luta pelo direito dos Tapeba da Capoeira continuarem retirando areia do leito do rio Ceará, contra as violentas tentativas de intimidação de vereadores que haviam arrendado a Fazenda Malfícias, em 1988, no interior da qual corre o rio Ceará; entre outras.

Iniciando em 1985, o processo de reconhecimento jurídico-administrativo das terras dos Tapeba, deveria passar de acordo com a lei 1775/96 pelas seguintes fases: identificação e delimitação, demarcação física, homologação e registro de terras indígenas. A primeira fase foi realizada no ano seguinte, acompanhada em 1987 com a delimitação que gerou os principais conflitos com os proprietários de imóveis rurais que não reconheciam o povo indígena e se diziam donos daquele local. A partir disso, os indígenas tiveram por vezes sua contestação desconsiderada em prol desses opositores, chegando estes a promoverem loteamentos irregulares e assassinatos de lideranças tapebas. Em meio a insegurança, violência, apagamento cultural e violação dos seus direitos, os tapebas conquistaram escolas próprias, postos de saúde e alguns territórios sagrados para sua cultura (RIGOTTO; MEIRELES, 2013).

Diante disso, Kilvia Tapeba, de 35 anos, casada e mãe de dois filhos, moradora da aldeia indígena Lagoa dos Tapebas, localizada em Capuan-Caucaia, rompeu estigmas de lideranças, dominados por homens, e é presidente da Associação das Comunidades dos Índios Tapebas de Caucaia-ACITA e da Associação de Mulheres Indígenas Tapeba-AMITA. Sendo recepcionada muito bem pela maioria dos homens da comunidade, no que diz respeito a sua representatividade (informação verbal)⁶.

⁶ Fala da líder popular Kilvia concedida em entrevista virtual à Dominique Lima de Moraes em fevereiro de 2021.

Foi muito positivo a forma como eles se comportaram. Incentivam muito a gente a participar. E aí eles nos tratam de igual para igual mesmo, a gente sente isso. Nós sabemos que não incomodamos, nesse sentido. Pelo contrário, [...] inclusive, meu esposo tá sempre do meu lado, me incentivando, me ajudando no que é possível, no que é preciso. E também, os demais homens da nossa comunidade, eles tentam nos incentivar. Geralmente, os homens que [...] têm pensamentos negativos relacionados a isso, são homens de igreja, religiosos, que tem muito dessa questão do que a igreja prega. [...] No mais a gente nota que é muito bem recebida e incentivada. (informação verbal)⁶.

Formada em administração e cursando ciências contábeis, no momento trabalha em um projeto de assistência técnica rural em que acompanha o comércio de produtos gerados nas comunidades indígenas, incluindo a dela, que foram afetados pela pandemia do coronavírus. Relacionado a isso, o marido de Kilvia atua na produção de culturas agrícolas como milho, feijão, macaxeira e árvores frutíferas, como maracujá, cultivo de plantas medicinais. “Então, ele passa mais tempo em casa cuidando do nosso quintal, do nosso terreno e eu saio pra trabalhar.” (informação verbal)⁶.

A partir disso, Kilvia comenta que em casa desde quando morava com os irmãos homens e mulheres cuidavam das tarefas domésticas da mesma forma, tanto que por sempre ter que trabalhar fora, os próprios filhos já se organizam, de acordo com cada idade, para ter responsabilidades em casa. O mesmo acontece em comunidade, com os homens ajudando suas esposas, que são as que trabalham fora. Por outro lado, ainda há algumas mulheres que escolheram a realidade doméstica como o seu ofício. Entretanto, essa motivação para qualificação profissional se apresentou nítido na aldeia da Lagoa dos Tapeba. (informação verbal)⁶.

[...] uma grande parte (das mulheres), [...] se acostumaram a trabalhar, tanto que aumentou o número de mulheres se formando, procurando terminar os estudos. Porque antigamente nosso povo tinha muito disso, as mulheres não conseguiam concluir o ensino médio [...]. Hoje em dia, além de terminar [...] a gente tenta se profissionalizar o máximo possível, fazendo cursos online, faculdades a distância mesmo. E aí hoje, nós temos mulheres que são técnicas em enfermagem, que tão fazendo curso de enfermagem, temos mulheres que são professoras, em todas as áreas. Então, foi uma necessidade nossa mesmo, de [...]conseguir esse direito [...] de trabalhar e de nos manter, independente de precisar de homem. Pela necessidade de geralmente ajeitar um cabelo, comprar uma roupa, né, essa liberdade financeira. (informação verbal)⁶.

Apesar desse empoderamento, não se considera feminista, mas defende que as mulheres busquem por seus direitos e é contra qualquer tipo de violência que vivenciam. Além disso, tem muitas referências femininas na sua experiência de liderança como dona Raimunda, Pajé dos Tapebas, e as várias mulheres que se articulam nas redes sociais, como

as integrantes da AMITA e as Cacicas. Por outro lado, embora seja cercada por essas mulheres guerreiras, acredita que nasceu com a vontade, o instinto de agir em prol do seu povo e família, “uma necessidade que eu vi, uma realização pra mim e o orgulho de ter me tornado a pessoa que eu sou.” (informação verbal)⁶.

Sobre o conflito pelas terras que os tapebas sofrem, Kilvia diz que devido aos desmontes dos órgãos públicos como a Fundação Nacional do Índio (Funai) e até mesmo políticas públicas de diversidade do Ministério da Educação, que incluía os indígenas, o processo está parado na fase de demarcação física. Possuindo somente como garantia jurídica um acordo entre os representantes da prefeitura de Caucaia, do Governo do Estado do Ceará, da Funai, da família Arruda, uma oligarquia que foi responsável pelas várias anulações do processo de demarcação dos tapebas, da ACITA, além da Pajé e do Cacique deles. Em tal acordo, além de assegurar a continuidade da demarcação, também garantiu construções de casas e postos de saúde, pela família Arruda, para os tapebas que moravam às margens do rio, próximo à fazenda da família. Entretanto, os prazos se esgotaram e nada foi entregue. “[...] No mais, a luta pela terra continua, nossa bandeira de luta, nossa luta principal é a demarcação da nossa terra que a partir daí nós temos tudo mais.” A importância da luta e da participação ativa na busca por direitos, se mostrou fundamental, pois Kilvia relata que na área da saúde, os governos se revelavam negligentes, mesmo os indígenas possuem leis específicas relativas a isso, “sendo que nós também somos cidadãos cearenses e temos o mesmo direito.” E junto a isso, muito preconceito multiplicado, ainda atualmente (informação verbal)⁶.

Hoje a gente sofre muita discriminação também, sabe. Inclusive, agora por conta dessa vacina, tem pessoas que dizem que nós somos privilegiados, que nós temos regalias, mas na realidade isso se dá por conta de uma luta muito grande que nós tivemos e é o mínimo que se pode tentar pra tentar reparar todos esses processos de discriminação e preconceito ao longo desses anos. (informação verbal)⁶.

Nesse sentido, o destino incerto sobre a finalização da demarcação é uma preocupação para o futuro da próxima geração, junto com o aumento da criminalidade e a constante mobilização para ocupar e retomar terras de direito indígena que são invadidas constantemente. Com mais de 30 anos de reivindicações, é na educação, com escolas indígenas que abordam a cultura e legado do seu povo, que Kilvia espera que a resistência permaneça futuramente. Embora, a desapropriação gradual e o descaso pelas autoridades

para com a necessidade de segurança da terra para os tapebas sejam ainda muito evidentes (informação verbal)⁶.

No nosso primeiro documento, [...] nós tínhamos mais de 30 mil hectares de terra sendo nosso por direito, boa parte da Caucaia. [...] E aí, nesses processos de demarcação que foram acontecendo, já estamos no quarto, nós perdemos boa parte. Hoje nós temos 5296, se não me engano, hectares de terra e nós temos mais de 8.000 índios, não temos nem 1 hectare por índio. E aí pra nós é muito preocupante ver que boa parte dessa terra ainda não está em nossa posse. Se for para continuar [...] fazendo esse processo de demarcação por nossa conta, a força, vamos dizer assim, ocupando [...] vai chegar um momento que não vai ter terra pra os nossos futuros curumins, né, pros meus netos, futuros bisnetos, então é muito preocupante. (informação verbal)⁶.

No que tange à religião, os tapebas são bem democráticos e plurais, possuindo igrejas católicas e evangélicas, terreiros de Umbanda, mas todos ligados com a espiritualidade do ser indígena. Kilvia, já tendo frequentado todas essas religiões, acredita na relação que a espiritualidade com os elementos da natureza: ar, água, sol, terra; detém com os ancestrais do povo indígena. Ou seja, expondo um vínculo entre cultura, natureza, comunidade e religião, diferente com o que tradicionalmente a sociedade moderna capitalista prioriza (informação verbal)⁶.

Na nossa cultura, na nossa espiritualidade [...] nós temos um dia que acontece o casamento indígena, também acontece a cerimônia de purificação, que é semelhante ao batismo, que acontece com crianças e adultos. Então, nós temos um espaço específico para acontecer essas cerimônias de casamento, e é onde a gente também pratica o ritual, que é o Toré, no terreiro sagrado dos pau branco. (informação verbal)⁶.

A partir dessa tradição, o contato com a natureza desenvolveu uma ligação social, em que a preservação desses espaços naturais se encontra na própria casa de Kilvia, ao praticar uma agricultura de subsistência, retirando só o necessário e procurando preservar o máximo das matas fechadas que cercam a aldeia, até questões mais amplas como fiscalizar desmatamentos de áreas do território tapeba, sendo assim, ela se considera ativista ambiental, pois também levanta essa causa socioambiental (informação verbal)⁶.

Desse modo, Kilvia acredita que as mulheres se preocupam mais com o outro, pois são mais empáticas, mais sensíveis. Se perceber em outros espaços como trabalhar fora fez com que a participação das mulheres ao se voluntariar para resolver os problemas que atingem a comunidade aumentasse (informação verbal)⁶.

De fato a gente não se conforma muito de esperar, de ficar em casa enquanto os homens vão, a gente tamo nesse nível mesmo da gente querer ir, da gente querer participar, da gente ser referência, da gente passar pelo processo de construção e

não simplesmente[...] a informação chegar por outros. A gente tende muito hoje a se envolver o máximo possível. (informação verbal)⁶.

Sendo assim, é possível perceber que características do ecofeminismo radical, também chamado essencialista, estão presentes na realidade da entrevistada. Vivendo em comunidade que subverte os padrões de gênero tradicionais, supera a dicotomia cultura/natureza, pois são aspectos que para os tapebas estão lado a lado. Fato evidenciado na mensagem deixada para as mulheres da futura geração, que reforça a relação com a natureza e sua importância cultural, espiritual e social.

O que eu posso dizer pras mulheres, o que na realidade, eu já digo pra nossa juventude, nós temos aqui uma articulação de juventude tapeba, que boa parte são jovens mulheres, é que de fato, acompanhe nossos passos, que dê continuidade à nossa luta, assegurando que a cada dia mais não aconteça nenhum retrocesso. Pelo contrário, que a gente possa seguir adiante [...], tendo o nosso Pai Tupã no coração, dando força. Nunca esquecendo da onde nós viemos, que a nossa terra, o contato que nós temos com ela, é o que nós temos de mais sagrado[...]. E que elas também venham seguir adiante, repassar tudo isso que elas estão aprendendo, que não deixe morrer a nossa luta, que possam resistir cada dia após o outro. [...] Enquanto nós temos essa relação com a natureza, relação com a nossa terra, a gente sente que só temos a ganhar e que o nosso futuro é esse. Muita força para todas nós. [...] Não ao retrocesso. E diga ao povo que avance. (informação verbal)⁶.

5.4.2 Pela Terra Indígena Pitaguary

O contexto em que se encontra a aldeia dos Pitaguary é de empreendimentos industriais e urbanização sofrendo pressões dos proprietários e as consequências socioambientais desses projetos. Assim como os Tapebas, o processo de demarcação se estende ao longo dos anos, apesar de aqui eles conseguirem a identificação. Tal demora provocou conflitos com os empreendimentos instalados que invadem suas terras, sem consulta prévia. Além disso, a população é atingida com os impactos ambientais decorrentes dessas entidades, que possuem autorização da Secretaria do Meio Ambiente do Ceará (SEMACE) para continuarem funcionando. Dentre os problemas gerados estão desmatamentos, doenças respiratórias diversas, rachaduras nas casas devido às explosões de rochas, feitos por empresas como pedreiras, sendo uma delas inclusive localizada dentro do território Pitaguary, em local de importância cultural para eles (RIGOTTO; MEIRELES, 2013).

Dito isso, Maria da Conceição Alves Feitosa, de 42 anos, conhecida como Ceixa Pitaguary, moradora da aldeia Central, é solteira, não tem filhos e trabalha como assistente

técnica na Coordenação de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial do Estado (CEPPIR) (informação verbal)⁷.

Militante indígena desde muito jovem, Ceiça conta que, nessa época, poucas pessoas queriam encarar os conflitos que surgiu para o povo Pitaguary, mas ao ver as anciãs da aldeia enfrentando os problemas e erguendo a bandeira pela demarcação de suas terras, percebeu que deveria fazer algo sobre a terra que havia sido tomada deles, como sua tia Macarmo sempre dizia (informação verbal)⁷.

[...] Assim, eu fui me formando e depois fui conhecendo outras lideranças femininas que foram me auxiliando e formando a liderança que sou hoje. [...] Como exemplo, Maninha Xukuru Kariri que tem uma história muito bonita de luta, se dedicou bastante, mas não conseguiu ver seu território demarcado, faleceu em 2006. (informação verbal)⁷.

Apesar de não acompanhar muito as redes sociais, Ceiça comenta que o movimento das mulheres indígenas no Ceará é bem articulado e consolidado com a Articulação das Mulheres Indígenas do Ceará (AMICE), embora ainda tenha uma relutância por parte das lideranças masculinas indígenas (informação verbal)⁷.

Sobre o conflito de demarcação das Terras Indígenas Pitaguarys, o processo se encontra na demarcação física, onde perderam grande parte do seu território por decisão jurídica, havendo que realizar retomadas de alguns territórios, ocasionando processos jurídicos para alguns representantes do povo pitaguary (informação verbal)⁷.

Na questão espiritual/religiosa, Ceiça relata que nas aldeias houve o avanço muito forte de igrejas evangélicas, ainda que exista uma tradição com o catolicismo, onde a aldeia se formou a partir do culto à Santo Antônio, chamado também de Santo Antônio Pitaguary. Independente disso, Ceiça não frequenta mais nenhuma dessas religiões, mantendo a espiritualidade do ser indígena, “[...] por se tratar da verdadeira adoração, adoração à vida, à natureza. A que nos dá tudo de graça.” (informação verbal)⁷.

Essa percepção espiritual está muito ligado tanto à cultura como a sustentabilidade, que reflete no enfrentamento da reivindicação de terra, isso porque

Nós povos indígenas estamos ligados fortemente com a Mãe-Terra. Ela que nos dar tudo. As matas, as águas, os pássaros, enfim. Tudo está conectado, e nós somos uma parte dela. Precisamos de todos esses elementos para sobreviver, não podemos desprezar nenhum, todos tem o seu grau de importância. Isso completa um círculo, que é o círculo do Toré, nossa dança, nossos cantos são todos extraídos da natureza, dela vem nossa inspiração. (informação verbal)⁷.

⁷ Fala da líder popular Ceiça concedida em entrevista virtual à Dominique Lima de Moraes em março de 2021.

Toda a luta pela demarcação da terra tem como princípio norteador a defesa de um território livre e saudável para as gerações futuras. Eu não vou mais estar aqui quando a terra for totalmente regularizada, então a minha missão é deixá-la a melhor possível para as crianças e jovens que estão chegando. (informação verbal)⁷.

Ao ser questionada sobre se considerar ativista ambiental, Ceiça reforça seu papel de liderança popular para com a próxima geração, defendendo o território do seu povo e seu usufruto. Por outro lado, no sentido de ser feminista acredita da defesa da visibilidade da luta das mulheres e a valorização do seu trabalho, mas não se considera feminista “[...] nos padrões que as pessoas costumam discursar.” (informação verbal)⁷.

Posto isso, Ceiça identifica que ainda há presença dos serviços de cuidado em algumas famílias, embora que “[...] com o avanço das políticas públicas dentro da aldeia, como saúde e educação, podemos observar um salto qualitativo da participação das mulheres.” Entretanto, muitas das mulheres que se ocuparam com outros serviços, ainda que remunerados, foram voltadas para o trabalho de cuidar, como nas escolas e nos hospitais ou postos de saúde. Desse modo, a liderança afirma que por estarem mais presentes na aldeia, se referindo ao trabalho doméstico, do que os homens, e percebendo essa relação dos trabalhos assalariados delas com o ato de cuidar, se conclui que elas possuem “[...] um olhar mais apurado sobre as questões ambientais.” (informação verbal)⁷

Desse modo, é possível perceber que desde as relações de sustentabilidade, a participação ativa, as relações espirituais com a terra, que tanto demandam, e as do cuidado, compreendem a mulher como uma protetora em sua essência, com conexões pessoais pelas lutas sociais que enfrentam e pela defesa ambiental. Logo, tais características se aproximam do ecofeminismo radical ou essencialista.

Por fim, Ceiça deixa com mensagem para as mulheres da próxima geração “[...] que já vivemos tempos difíceis, mas que a luta das nossas anciãs nos deram uma terra, um lar e nossa obrigação é manter esse lar para nossas irmãs, companheiras de luta que estão por vir.” (informação verbal)⁷.

5.4.3 Pela Terra Indígena Tapuya-Kariri

A população dos Tapuya-Kariri se encontra em dois extremos da região de Ibiapaba, Carnaubal e São Benedito, o primeiro território, onde se encontra geograficamente e a

segunda localidade, onde se reconhecem como pertencentes daquela região (RIGOTTO; MEIRELES, 2013).

De acordo com os estudos de Vasconcelos (2014), as atividades dos Tapuya-Kariri estão concentradas na agricultura de subsistência, trabalho assalariado em plantações da região, escolas indígenas e postos de saúde, produção de artesanatos e pequenos comércios próprios.

Essa região da Ibiapaba é caracterizada por ser de floresta úmida, sendo dominada pelo agronegócio de flores, cana-de-açúcar e horticultura. O conflito com a aldeia Gameleira, do povo Tapuya-Kariri, ocorre fortemente pela a invasão de terras para plantio, principalmente da cana-de-açúcar, e as consequências do uso desenfreado de agrotóxicos, afetando direta ou indiretamente essa população. Dentre esses efeitos, infecções respiratórias, cutâneas e outras doenças acometem essas pessoas. Além disso, os males dos agrotóxicos afetam diretamente os trabalhadores desses latifúndios, que não oferecem equipamentos de proteção adequados (RIGOTTO; MEIRELES, 2013).

Além disso, os donos das horticulturas expropriam os indígenas das suas próprias terras por meio de cercamento da área, gerando pressão psicológica, além de monopolizar o rio da região só para irrigação das suas plantações. Procedimentos como desmatamento, contaminação do solo e da água pelos agrotóxicos que geram a perda de biodiversidade e vulnerabilidade alimentar da região limitando o futuro dos modos de vida dessa população tradicional são comuns (VASCONCELOS, 2014).

A partir disso, foi enviado um email para o Núcleo Tramas da UFC, onde não foi respondido, a princípio. Em seguida, foi possível contatar por telefone o mesmo grupo que informou não possuir um contato para indicar. Logo após, a comunicação com a Diocese de Tianguá foi estabelecida para obtenção de contato, mas também sem respostas, impossibilitando a entrevista e a análise proposta.

5.5 Liderança no Sertão Central: o caso da mineração de urânio e fosfato.

A partir da década de 90, com a consolidação do agronegócio no Nordeste brasileiro, empreendimentos como a exploração de minérios para fins de comércio e exportação de fertilizantes e combustíveis nucleares para produção energética, respectivamente, encontraram condições favoráveis de demanda e implementação com a retomada do

Programa Nuclear Brasileiro, justificado "sob o argumento da necessidade de diversificação da matriz energética, da adoção de fontes de energia 'limpa'." (RIGOTTO; MEIRELES, 2013, p. 69).

Dessa maneira o Projeto Santa Quitéria, no qual se refere a mina de Itataia, localizada entre os municípios de Itatira e Santa Quitéria, foi promovida como uma proposta de desenvolvimento socioeconômico para a região, e assim, traria emprego e renda, decorrente do crescimento do comércio (RIGOTTO; MEIRELES, 2013).

Entretanto, como afirma Oliveira (2020, p.4-5): “A principal característica da mineração é que seus impactos são irreversíveis.” Logo, os riscos para saúde humana e meio ambiente são extremamente altos. Assim, é possível perceber o que está em primeiro lugar em relação ao modelo desenvolvimentista em que se vive aspecto este, observado nas relações estatais de caráter liberal, pois como Rigotto e Meireles (2013, p.73) comentam,

Ao tempo em que o Estado incentiva e viabiliza a exploração de urânio e fosfato, verifica-se a insuficiência de políticas públicas de estímulo às atividades produtivas que fortaleçam as potencialidades, o modo de vida e a cultura camponesa e as estratégias de convivência com o semiárido; e a vulnerabilidade institucional na área da saúde, trabalho e ambiente, no que se refere à assistência à saúde, ao acesso à informação; à adoção de medidas de regulação, prevenção e mitigação dos riscos; bem como na implementação de políticas públicas de melhoria do acesso à educação de qualidade, das condições de infraestrutura, sanitárias e ambientais.

Dessa forma, as comunidades que vivem nessa região e se sustentam da agricultura familiar, da pecuária, de quintais produtivos, que possuem uma cultura própria com atividades como turismo histórico, costura e artesanato, se veem em meio aos males causados pela empresa Galvani e políticos dos municípios, que investiram no negócio. Entre estes, Araújo e Teixeira (2012) *apud* Rigotto e Meireles (2013, p. 79) citam a

alteração no regime tradicional de uso e apropriação do território, no modo de vida e de trabalho, desapropriação e deslocamento compulsório dos moradores, desagregação de famílias, migração de um grande número de trabalhadores, aumento da violência, uso e tráfico de drogas e alcoolismo, prostituição, suicídios, depressão e sofrimento psíquico, insegurança alimentar, des/subnutrição, doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, gravidez indesejada ou precoce, aumento do custo de vida (produtos e serviços ficarão mais caros), aumento da demanda por serviços de educação, saúde e lazer.

Além disso, são grandes e de longo prazo, os riscos de contaminação radioativa, seja de forma direta, pelo trabalho nas minas e no transporte do urânio, seja de forma indireta, através da poluição de açudes, poços, rio, lagos, entre outros, por esses compostos, acarretando aumento de casos de câncer de vários tipos (OLIVEIRA, 2020; RIGOTTO;

MEIRELES, 2013). Sendo assim, as consequências dessa atividade econômica provoca danos ambientais que chegam até as comunidades do entorno da mina, afetando a saúde de todo um ecossistema, o modo de vida de inúmeras famílias, que dependem deste.

A saber desse contexto, Francisca Cláudia Martins, de 40 anos e moradora do assentamento Santa Maria, é solteira e não tem filhos. Ela se dedica a trabalhar pela questão social, atuando, principalmente, com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), além de ensinar na educação básica (informação verbal)⁸.

Como liderança, atua no MST desde 1999, onde encontrou espaço para ser escutada e concretizar suas atividades, apesar da sociedade machista. Hoje, ela comenta que os homens já respeitam muito o seu papel como representante. Por outro lado, Cláudia observa que embora as mulheres da comunidade se apresentem em outros ambientes de trabalho como na presidência da associação, como professoras, como profissionais da saúde, ainda há uma dupla jornada, pois os serviços domésticos ainda permanecem como funções das mulheres sejam estas as que saem para trabalhar ou as filhas que ajudam em casa. Além disso, é importante ressaltar que os empregos em que geralmente essas mulheres atuam são voltados para o cuidar (informação verbal)⁸.

Como Cláudia trabalha com muitas comunidades, verifica que elas prezam por “políticas públicas de qualidade, primeiro a terra para trabalhar, saúde, educação, moradia, cultura, emprego digno para o povo do campo, entre outros...”. No que tange a mineração, ela se alia ao Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), que busca articular junto aos povos atingidos por essa atividade o rumo da apropriação de bens da natureza e suas consequências para as comunidades afetadas, pois entende o prejuízo tanto para o meio ambiente como contaminação das águas e perda de biodiversidade, como para as populações do entorno em relação à saúde, à exploração do trabalho e à exploração sexual, por exemplo, “tudo em prol de um interesse das empresas para fortalecer o capital da morte.”(informação verbal⁸; MAM NACIONAL,[s.d]).

Sobre o aspecto ambiental, Cláudia acredita na natureza como força espiritual e defende que fazemos parte da natureza, mas não a possuímos. Diferente como o sistema capitalista nos faz querer acreditar ao destruí-la com o uso de agrotóxicos que poluem os

⁸ Fala da líder popular Cláudia concedida em entrevista virtual à Dominique Lima de Moraes em março de 2021.

corpos hídricos, com as queimadas e os desmatamentos que contribuem para o aquecimento global e a destruição da camada de ozônio e com a exploração dos recursos da natureza, a liderança se considera ativista em prol do meio ambiente. O que fica mais evidente, que mesmo ela não tendo filhos, ela sempre buscar educar as famílias a preservar a cultura no campo, pois é um espaço mais seguro para as futuras gerações manterem, com segurança alimentar, devido aos quintais produtivos que cultivam, longe das violências urbanas e atualmente, isoladas da pandemia da COVID-19 (informação verbal)⁸.

Além disso, a liderança se considera feminista por pensar que as mulheres precisam se livrar do sistema de opressão patriarcal “cria normas para oprimir as mulheres e não tem autonomia de fazer isso porque é um sistema desumano que só destrói a mente feminina com seus conceitos impróprios.” (informação verbal)⁸.

Sabendo disso, ao ser questionada se ela supõe que as mulheres sofrem/se preocupam mais com os problemas socioambientais ela afirma que sim por elas estarem em posições de cuidado tanto em casa , como em comunidade e ainda assim sofrer com o machismo (informação verbal)⁸.

[...] elas estão mais presentes nas atividades porque são elas que cuidam da casa, filhos, luta para ter água de qualidade, cuida da produção dos quintais produtivos, roçado, elas sofrem na pele quando a família está doente, se preocupam com a organização da comunidade, desmatamento, uso de agrotóxico nas plantações, tudo isso gera sofrimento para as mulheres porque são elas que sempre estão lá presente ajudando e ainda sofre muito o machismo dos homens.(informação verbal)⁸.

Nesse sentido, a presença do ecofeminismo como teoria se mostra na prática da vivência da liderança que ainda completa que isso acontece não por as mulheres serem mais sensíveis e sim por elas serem forçadas socialmente a assumir papéis como esse, por opressões do sistema capitalista, que as inferiorizam, assim como faz com a natureza. Sendo assim, há a caracterização de dois tipos de ecofeminismo, o social e o socialista (informação verbal)⁸.

Por fim, como mensagem para a futura geração de mulheres deseja “que as mulheres permaneçam sempre lutando pelos seus direitos, principalmente contra o machismo, para conseguir cada vez mais sua libertação e conquistar os espaços na sociedade.” (informação verbal)⁸.

5.6 Liderança pesqueira: o caso dos parques eólicos e da carcinicultura na Zona Costeira.

A região costeira do Ceará inicialmente foi habitada por populações marginalizadas na sociedade colonial, como os negros, indígenas e sertanejos constituindo comunidades diversificadas em territórios sem valor econômico até então. Foi nos anos 90 que os conflitos surgiram, em especial com a carcinicultura, atividade de criação de camarões em viveiros. Tal atividade privatiza o espaço público dos manguezais, colocando em risco não somente os modos de vida das populações tradicionais como também o próprio ecossistema (RIGOTTO; MEIRELES, 2013).

Outra atividade que passou a ser frequente no litoral cearense foi a instalação de indústrias de energia eólica que apesar de ter uma premissa de ser uma fonte de energia limpa, na verdade sua forma de implementação também trouxe consequências para o meio ambiente e a população que com ele convive (RIGOTTO; MEIRELES, 2013).

É importante ressaltar que tais empreendimentos surgiram nessa região para desenvolver e venderam a ideia de empregos e rendas melhores. Entretanto, foi apenas uma desculpa a fim de ter pouca resistência das pessoas que lá viviam e só aumentou as desigualdades sociais ao marginalizarem as comunidades que não tinham nem amparo de políticas públicas para garantir seus direitos básicos frente aos interesses capitalistas da iniciativa privada que tinham investimentos do estado (RIGOTTO; MEIRELES, 2013).

A saber disso, a comunidade costeira do Ceará destacada neste trabalho, será a do Cumbe, localizada no município de Aracati. Originada por quilombolas, é uma população caracterizada por suas atividades de pesca, agricultura e artesanato “que têm na relação com os elementos naturais, ilhas, manguezais, carnaubais, rio, gamboas, dunas, lagoas periódicas interdunares, praia e território tradicional, seu principal meio de vida” (SILVA, 2016, p. 53). Além disso, há costumes culturais como “a festa do padroeiro Nosso Senhor do Bonfim, as quadrilhas e os Calungas do Cumbe. Na culinária destaca-se a galinha caipira, a caranguejada, os pirão de peixes e as mariscadas.” (RIGOTTO; MEIRELES, 2013, p. 208).

Dessa forma, enfrentando esses dois conflitos que buscam desenvolver ao custo de toda uma riqueza de cultura popular e recursos da natureza, a comunidade do Cumbe tem como consequências a insegurança do seu território, perda do acesso e das condições de

trabalho tradicional, violência psicológica com a população idosa, conflitos internos na comunidade, exploração sexual de mulheres e adolescentes, sobrecarga de trabalho doméstico feito por mulheres, resultando em problemas de saúde, vulnerabilidade social dos jovens, violência por parte das empresas contra as lideranças da comunidade, ocupação e privatização dos espaços coletivos, violação do direito de ir e vir e à moradia, ameaça à cultura local, exploração de mão de obra (RIGOTTO; MEIRELES, 2013).

Além disso, as práticas de carcicultura provocam a destruição dos manguezais, conhecido como berço da vida marinha, sendo assim de extrema importância para a diversidade, ao contaminar suas águas e o solo com produtos químicos, e ao desmatar para alocar os tanques de camarões. Em relação aos parques eólicos, a destruição de sítios arqueológicos presentes na região, o aterramento de lagoas interdunares, compactação de dunas móveis que armazenam água nos lençóis freáticos, importantes no abastecimento de Aracati, estão entre as consequências dessa indústria (NASCIMENTO, 2014).

A partir disso, foi entrevistada Cleomar Ribeiro da Rocha, uma quilombola negra e pescadora, de 46 anos, casada, mãe de cinco filhos e avó de quatro netos. Presidente da Associação Quilombola e integrante de uma organização popular de Aracati, Cleomar se considera feminista e ativista ambiental, militando na defesa do território, do movimento quilombola e dos pescadores (informação verbal)⁹.

Eu me considero feminista, porque assim eu tive grandes avanços na construção da minha vida, da minha história como mulher. Então assim, eu acho que isso já é grande mudança para nossa vida, né. Eu acho que eu me considero feminista nesse sentido de eu desconstruir um monte de coisa que foi infiltrada na minha cabeça, então hoje eu tenho uma cabeça aberta né e que eu possa tá contribuindo né para minha comunidade, para minha família né. Que podemos ser felizes e que não podemos ser um padrão né, que a gente é feliz e isso basta. E como ativista eu acho que eu fiz isso [...] a minha vida toda desde criança. Eu sempre tive muito amor pela minha comunidade e eu tinha uma defesa muito grande da natureza. [...] Isso hoje só se tornou mais forte, né? Essa defesa do território, do ambiente, né? Então é isso só se tornou mais forte hoje, mas me sim considero, tanto feminista como ambientalista, né dentro da defesa que fazemos. (informação verbal)⁹.

No que tange a vida pesqueira, principal fonte de renda de Cleomar, foi fortemente atingida com as manchas de óleo que invadiram as praias do litoral nordestino em 2019, assim, a comunidade passou a tirar seu sustento do turismo comunitário, atividade em que procuram valorizar o modo de vida da comunidade tradicional, sua cultura e práticas, em

⁹ Fala da líder popular Cleomar concedida em entrevista virtual à Dominique Lima de Moraes em fevereiro de 2021.

que os visitantes podem conhecer a história do local, suas reivindicações, além de passear pelas belezas naturais com que eles convivem (informação verbal)⁹.

Além disso, a entrevistada comenta que o costume da agricultura, antigamente muito forte no Cumbe, praticamente não existe mais. Dentre os motivos, o soterramento dos sítios agrícolas pelo avanço das dunas, consequência dos parques eólicos, o uso do espaço para fazendas de camarões e até mesmo as moradias dos filhos e netos que ocupam agora o local dessa prática. Apesar disso, algumas famílias quilombolas ainda tentam manter alguns quintais produtivos em sua casa como no caso de Cleomar, que reflete essa questão na sua própria história familiar: “[...] Até que era cultura, né? Eu lembro muito da minha mãe que além de viver da pesca, tinha que ter os canteiros pra verdura, né? E aí a gente tenta buscar né?” (informação verbal)⁹.

Tais mudanças e percepções da comunidade também se espelham nas diferentes formas de espiritualidade. Possuindo uma igreja católica e duas evangélicas, essa divisão representa um conflito interno maior que a comunidade vive. Uma parte da comunidade não se reconhece quilombola, nega a luta pelos direitos pesqueiros e o confronto com as indústrias que cercam a região, ainda que tenha pessoas da família desses grupos. Então mesmo que uma parcela busque de volta sua ancestralidade, como as religiões de matriz africana, como a própria Cleomar, se mobilizem para impedir o avanço dos parques eólicos e da carcicultura, garantindo direitos da comunidade, há uma porção que nega toda a riqueza de sua cultura por serem empregados nesses empreendimentos. Logo, o espaço das igrejas passou a se limitar apenas para cultuar a crença de cada um, não envolvendo as pautas socioambientais (informação verbal)⁹.

Sobre a situação atual desses empreendimentos, a entrevistada relatou que a comunidade vive um momento estável, mas eles continuam em constante vigilância, pois

[...] Tantos direitos negados de ir e vir nosso, de nós pescadores, mulheres marisqueiras, pescadoras né, que atua nessa região, nesse território e que praticamente fomos expulsos de várias áreas, por conta desses empreendimentos. [...]a carcicultura ou parque eólico não pode avançar mais na comunidade,[...] já foi muita destruição aqui já. (informação verbal)⁹.

Por outro lado, durante a pandemia do coronavírus, a empresa do parque eólico realizou trabalhos nas dunas que provocaram uma grande movimentação de caminhões, que mesmo com a barreira sanitária feita pela comunidade, continuaram entrando em seu território. Entrando em questionamento com os responsáveis várias vezes, realizando

reuniões com eles, chegaram a um acordo para receberem álcool em gel, quando solicitaram cestas básicas, e fabricarem máscaras para doação, um projeto patrocinado pela empresa do parque eólico (informação verbal)⁹.

Nesse contexto, Cleomar se preocupa com as futuras gerações ao se lembrar da infância e de como o território em que vive ainda hoje foi importante para sua alimentação, sua liberdade e sua formação como pessoa, que embora tenham suportado muitas perdas culturais, ambientais e sociais, se encontram na militância em defesa do território e da vida para garantir que parte de sua cultura ainda viva no futuro (informação verbal)⁹.

E aí assim a nossa meta é que a gente lute e se faça muita resistência pra que nossas futuras gerações [...] possam também usufruir e que ainda a gente garanta esse rio, garanta nossos manguezais, nossa água ainda por muito tempo. E aí, por isso, que fazemos essa luta, mas já tivemos muita perda. (informação verbal)⁹.

Ademais, o protagonismo das mulheres nesse conflito gera por parte dos homens apoio, estes que têm contato com as associações e apoiam as causas defendidas, mas por outro lado, há quem veja de forma machista a representatividade delas ali de que “mulher que tá muito no mundo, talvez vai fazer o que não presta”. Contudo, as mulheres da comunidade, possuem uma dupla jornada ao engajarem em defesa das causas que acreditam, pois a realidade doméstica ainda é presente em suas vidas, sendo até mesmo símbolo de força das mesmas ao conseguirem lidar com tudo, ainda que muitas entendam que é algo infiltrado culturalmente. Na busca de romper com a ideia de mulher só é “chofer de fogão”, Cleomar acredita na importância do papel da mulher para o “bem-estar da família, da comunidade, do nosso território, do nosso meio ambiente.” e que “[...] Elas são as guardiãs [...] da sua cultura[...]” (informação verbal)⁹.

Logo, percebe-se aqui os primeiros traços do ecofeminismo em si, surgindo na fala da entrevistada, ao perceber as mulheres como protetoras, responsáveis por toda uma região desde suas relações sociais até as com a natureza, ressignifica a ideia de Mãe-Natureza, que já foi discutido anteriormente.

[...] Então assim, eu acho que no papel da mulher, ela é mais afetada. A mulher tem mais afeto nos lugares, tem mais afeto no que faz, ela tem mais esse zelo, o cuidar. Então, ela sofre com essa consequência muito grande, porque tem lugares de muito afeto, é muito sentimento envolvido, então ela sofre demais. Tem momentos de grandes conflitos que a gente passa por muita dificuldade, você não dorme, tem problema de ansiedade, além da perda física, o quanto isso psicologicamente afeta. (informação verbal)⁹.

[...] E saber que a gente sofre, mas que a gente sabe que pode partir de nós, que podemos mudar isso. Mudar ou tentar fazer algo pra combater aquilo, apesar do

seu afeto, desse cuidado que a mulher tem, assim que a gente cuida da nossa casa, quer cuidar da nossa comunidade, quer cuidar do nosso território pra que todos possam se sentir bem, viver bem e que quando tenha algo a ferir ou querer destruir, nós sentimos incômodo. (informação verbal)⁹.

Retoma, também, uma visão essencialista que a mulher possui características particulares que as aproximam com o meio ambiente, como o lado mais sentimental, justificando suas crenças e lutas, apresentando características do ecofeminismo radical, também conhecido como essencialista.

5.7 Liderança dos sem-terras: o caso das lutas pela terra.

No Brasil existe um déficit muito grande de democracia, no que tange a questão fundiária. A concentração de terras nas mãos de poucos e a “grilagem” de terras devolutas fazem parte do nosso passado e do presente, a violência no campo e a degradação ambiental são consequências explícitas da impunidade existente e da nossa história social.

Um dos instrumentos para democratização do acesso à terra é a reforma agrária, longe de ser uma unanimidade entre intelectuais ou gestores, têm ganhado diferentes formatos no mundo inteiro. Consiste em uma política pública de democratização da terra e isto é justamente o avesso da tendência brasileira desde a invasão portuguesa. O Brasil desde sua colonização concentrou terras para elite, se organizando no modelo de *plantation*, no qual o latifúndio e a monocultura eram suas características.

Em seguida, nos anos 30, a industrialização se intensificou no país e com ela a modernização do campo, que reforçou todo o modelo de desenvolvimento que a sociedade era construída (STÉDILE, 2012).

Somente depois da ditadura militar, em meados dos anos 80, que os planos referentes à reestruturação fundiária foram apresentados mais seriamente, com a aprovação do Decreto 91.776/85 que aprovou o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) baseados no Estatuto da Terra e no direito assegurado na Constituição à propriedade, desde que cumpra sua função social. Ou seja, garantiu a não desapropriação de grandes, médias e pequenas propriedades, empresas privadas que estão de acordo com essa atribuição e aquelas que estão para desapropriação, pois possuem terras não exploradas, seriam ressarcidas (HARTMAN, 1999; ALENCAR, 2004).

No Nordeste, em especial no Ceará, o processo de concentração fundiária também é alarmante no que se refere ao aumento da desigualdade. Além disso, as condições climáticas caracterizadas por períodos de seca e a falta de assistência à população da região para conviver com esses fenômenos próprios do local, também provocaram essas disparidades socioeconômicas. Dessa forma, foi aprovado o Plano Regional de Reforma Agrária do Ceará baseado nas estatísticas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), visando maior igualdade na distribuição de terras e assessoria aos trabalhadores rurais (HARTMAN, 1999; ALENCAR, 2004).

Outros projetos foram implementados, com enfoques parecidos ao longo dos governos, mas será abordado aqui o contexto do lado dos movimentos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais como forma de revelar sua importância na luta por seus direitos, aspecto que está apenas disfarçado nas políticas públicas acerca da reforma agrária no Brasil e no Ceará. Sendo assim, a luta pela terra no Ceará, apesar de nas políticas públicas aparecer como bem amparada, foi e ainda é marcada por insegurança e violência. Em tempos de descentralização política, tais trabalhadores se subordinavam aos grandes proprietários de terra recebendo ameaças e muito pouco por seu trabalho. Foi com movimentos em sua maioria religiosos, como o movimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que um processo de alfabetização e organização política começou a fortalecer a resistência rural. Além disso, em busca de auxílio profissional, encontram quem se comprometesse com a causa e “[...] criaram o Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador - CETRA, cuja missão, naquele momento, era fortalecer a organização social e política de trabalhadores e trabalhadoras rurais para, de forma articulada e organizada, lutar para garantir a posse da terra.” (PINHEIRO, 2009, p.55).

Apesar de como é retratado em lei, aos moradores rurais do Ceará foram muito explorados, desde pagamentos de renda da terra até serem impedidos de usarem reservatórios públicos por estarem em propriedade privada, mostrando que mesmo que tenham existido políticas, programas e projetos com o objetivo de reforma agrária, a realidade ainda beneficia os grandes proprietários de terra capitalistas e as desigualdades ainda continuam presentes, sendo algumas conquistas resultantes da organização e esforço

sociopolítico dos trabalhadores e trabalhadoras rurais apoiadas pelas ONGs, pela igreja, movimentos sindicalistas e partidos políticos apoiadores da causa (PINHEIRO, 2009).

A partir desse contexto de lutas, a entrevistada foi Sintia Gonçalves da Silva, uma mulher negra e lésbica, que faz parte do setor de gênero do MST. Moradora da comuna 17 de abril, localizada em Fortaleza, fruto das ocupações do MST, também tem residência no assentamento São José, em Itapiúna. É deste que ela tira parte da sua renda na produção de alimentos em quintais produtivos e hortas e na criação de galinhas. Além disso, por ser militante recebe um auxílio, assim como sua companheira, que também gera renda com artesanatos e recebe aposentadoria (informação verbal)¹⁰.

Como liderança, a conquista de direitos em espaços como em reuniões, em cooperativas, nos assentamentos, em cargos de direção, foi marcada pelo conservadorismo e o machismo que existe no meio rural, onde as mulheres eram muito sujeitas aos maridos. Esse aspecto foi mudando com a capacitação de uma mulher para outra como relatado por Sintia com o grupo das Matriarcas do MST, onde reúne as mulheres mais velhas do movimento como Dona Maria Lima, “que fez a primeira ocupação de terra [...] na fazenda Joaquim no 25 de Maio”, Dona Izaltina e Dona Maria de Jesus. Desse modo, o papel da mulher para além da realidade doméstica, começou a ser percebido nas mulheres camponesas que encontraram suas vozes para reivindicar seus direitos (informação verbal)¹⁰.

Questionada sobre os conflitos pela terra, atualmente, Sintia relata que eles nunca pararam, principalmente com as ameaças e o descaso do governo atual para os trabalhadores. Mesmo sendo uma luta difícil, ela garante que o MST está sempre em busca do acolhimento das famílias que vivem em situações instáveis (informação verbal)¹⁰.

[...]A tarefa nossa do MST é tirar aquelas famílias de uma terra improdutivo, uma terra que não tem valor social pra uma terra onde trabalhadores vão plantar, sobreviver. Não é só a terra, mas também, escola, saúde, as cooperativas, meios de produção pra que aquelas famílias sobrevivam naquela terra. Nossa tarefa é trazer também o debate da agroecologia para o nossos assentamentos e acampamentos, né é trazer a melhoria de vida, o autossustento das famílias sem-terra. (informação verbal)¹⁰.

Em meio a isso, Sintia se considera feminista e ativista ambiental, pois revela que a importância de educar desde os mais novos até os idosos sobre a agroecologia, sobre como

¹⁰ Fala da líder popular Sintia concedida em entrevista virtual à Dominique Lima de Moraes em fevereiro de 2021.

construir um mundo melhor, onde a emancipação da mulher seja possível, com elas ocupando vários espaços de liderança na sociedade. Onde haja o combate ao feminicídio e dos assédios sexuais, combate à homofobia, à transfobia, debates recentes para o povo do campo. Integra a isso, a bandeira dos orgânicos ao ser contra os agrotóxicos em prol de uma alimentação saudável com a preservação da natureza, relacionando com a mulher que em período de pandemia global, segundo ela, teve sua jornada de trabalho em casa aumentada, cuidando de filhos, marido, das tarefas domésticas, da roça e ainda se fazendo presente em atividades da comunidade. Dentre elas, o projeto “Árvore é vida”, em homenagem a Marielle Franco, no qual irão plantar árvores em simbologia das sementes que a deputada deixou ao defender as causas em que acreditava (informação verbal)¹⁰.

Por outro lado, a liderança acredita que em relação aos conflitos sociais “tanto homens e mulheres, como idosos, crianças sofrem as consequências, independentemente”, mas que quando se trata da preocupação ambiental as mulheres têm uma maior afinidade com a natureza (informação verbal)¹⁰.

[...] não é atoa que na história muitas mulheres descobriram a agricultura, porque elas ficavam em casa enquanto o homem ia caçar e [...] observou quando aqueles pássaros pegavam aquela sementinha que iam comer e a sementinha caía e ia germinando, ela foi vendo a questão do desenvolvimento daquela semente. Todos nós sabemos que a agricultura foi descoberta pela mulher e a gente vê também a força de vontade da mulherada, como muitos assentamentos nossos têm exemplos de mulheres que tem os quintais produtivos. A coisa mais linda, plantas medicinais, árvores frutíferas. A tarefa da mulher é muito importante nessa germinação da natureza. Realmente, as mulheres dedicam mais em preservar a natureza que os próprios homens. (informação verbal)¹⁰.

Dito isso, é possível perceber que traços do ecofeminismo aparecem no discurso de Sintia, ao aproximar a relação de cuidado com natureza com as mulheres, caracterizando o ecofeminismo clássico.

Sintia reforça que suas causas devem “[...]Combater esse imperialismo que está aí, esse fascismo. [...]E o nosso futuro é construir o socialismo, [...] um mundo igual para todos.” (informação verbal) A saber disso, é possível perceber que a questão coletiva em que Sintia aborda as mulheres e suas questões sociais, os LGBTQIA+ e suas lutas de existência, e a importância de tudo isso associado à educação ambiental, como a agroecologia e formação de todas as idades, gêneros e sexualidades, é possível perceber traços do ecofeminismo socialista, pois entende que os elementos do capitalismo

provocaram as situações aos quais seu povo sofre e preza na coletividade e um futuro igualitário (informação verbal)¹⁰.

Como mensagem para as futuras gerações de mulheres, Sintia diz:

[...] Somos mulheres, somos guerreiras. Que seremos um mar de bandeiras. Quando uma mulher avança, o machismo retrocede. E dizer também, que não temos que nos deixar abater, não temos que nos deixar cooptar, não temos que nos deixar esmagar, porque a partir do momento que a gente vê uma companheira ser violentada e nós nos silenciarmos, nós estamos sendo cúmplices daquela violência. Nós temos que segurar na mão das companheira e encorajá-la a denunciar, nós temos que fazer o debate com as mulheres dos assentamentos, dos acampamentos.[...] Nós temos que lutar pelos nossos direitos, dos nossos filhos, dos nossos companheiros de luta. Nós temos que proteger uma a outra chama de agradecer, jamais soltar as mãos. (informação verbal)¹⁰.

Como síntese das entrevistas, territórios e estudo dos conflitos socioambientais, longe do intuito de se esgotar as investigações deste campo, mas realizar uma primeira aproximação, apresenta-se um quadro acerca do pensamento ecofeminista das lideranças populares do Ceará, como mostra a Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Sistematização do pensamento ecofeminista das lideranças populares do Ceará

Conflito socioambiental	Início do conflito	Região/ Município	Assessoria comunitária	Comunidade	Liderança popular	Aproximação teórico-metodológica
Cinturão das Águas e aterro sanitário	2011	Região do Cariri: Crato	Cáritas Cariri	Chapada do Baixio	Nina	Há traços do ecofeminismo radical, com muita presença do feminismo em si.
		Região do Cariri: Caririaçu		Gravatá	O contato não quis realizar a entrevista	-
Barragem do Figueiredo	2002	Potiretama	Cáritas Limoeiro do Norte	Lapa	Antônia	Há características do ecofeminismo liberal.
Perímetro Irrigado	1980	Limoeiro do Norte	Tramas- UFC	Acampamento Zé Maria do Tomé	Mônica	Há traços do ecofeminismo radical, sendo mais forte a presença do feminismo em si.
Demarcação de Terras Indígenas	1970; 1990	Região Metropolitana de Fortaleza: Caucaia.	Weibe Tapeba	Lagoa dos Tapeba	Kilvia Tapeba	Presença do ecofeminismo radical
		Região Metropolitana de Fortaleza: Maracanaú/Pacatuba	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza(CDPDH)	Aldeia Central	Ceição Pitaguary	Presença do ecofeminismo radical
		Região da Ibiapaba	Diocese Tianguá	Tapuya-Kariri	Não houve resposta para indicação de um contato	-
Mineração de Urânio e Fosfato	2010	Região do Sertão Central: Inhamuns, Crateús	Tramas- UFC	Assentamento Santa Maria	Cláudia	Presença do ecofeminismo social e socialista
Carcinicultura e Eólicas	1998; 2009	Região Costeira: Aracati	Terramar	Cumbe	Cleomar	Presença do ecofeminismo radical.
Reforma Agrária	1980	Fortaleza/ Itapiúna	Contatos com professores do curso de Economia Ecológica	Comuna 17 de abril/ Assentamento São José	Sintia	Traços do ecofeminismo radical e presença maior do ecofeminismo socialista

Fonte: Autoria própria

6 CONCLUSÃO

A atual crise estrutural do capitalismo, também é uma crise ecológica. Um modelo de desenvolvimento econômico que se apropria dos recursos da natureza sem qualquer preocupação com a renovação e desestabilizando periodicamente a própria condição ecológica que o viabiliza. Assim, em um país como o Brasil, em que a maior parte dos alimentos é envenenada, em que a soberania e saberes de povos tradicionais são aniquilados, é preciso afirmar que o feminismo é indissociável da perspectiva ecológica do bem viver.

A partir disso, o ecofeminismo surge como uma corrente teórica em ascensão e ainda pouco difundida no âmbito acadêmico e popular, com o objetivo de romper as visões que dividem oprimido e opressor, em busca de relações integrativas e plurais.

Dessa maneira, o estudo do ecofeminismo foi motivado pela contribuição acadêmica que o tema merece, ao mostrar na prática suas características presentes nos conflitos socioambientais. Além disso, o caráter de transformação socioambiental que o conceito abrange possui uma relevância tanto pessoal como profissional, no sentido da formação de cidadão, de uma ciência em desenvolvimento e como na profissão, em referência à Economia Ecológica.

Sendo assim, surgindo de séculos de opressão com o ser mulher excluído de suas características próprias em prol do padrão da sociedade da época, o processo pela luta de direitos iguais, iniciado pelo dever político do voto, em um período ao quais as consequências dos primeiros grandes desastres ambientais, ocasionados pela Revolução Industrial, se tornava pauta de conferências internacionais, iniciava o caminho dos movimentos feministas e ecológicos para uma futura ligação.

Logo, a corrente ecofeminista surge com uma proposta integradora ao juntar os elementos da ecologia profunda, que considera a natureza como uma grande teia de relacionamentos que são interdependentes entre si, com o feminismo, um movimento social de luta pela igualdade de direitos. Além disso, as várias correntes teóricas que já se fundiam aos diferentes feminismos apareceram também para expor as diferentes abordagens ecofeministas, como a radical, a social, a socialista, a liberal e a *queer*.

Portanto, em busca de atingir os objetivos propostos foi analisado em diferentes contextos os papéis das mulheres como representantes de suas comunidades, bem como suas considerações como ambientalistas e/ou feministas. Embora, muitas se considerem ambas as coisas, o ser

ambientalista foi mais confirmado de imediato, pois em alguns casos muitas das mulheres não entendiam o conceito do feminismo, que após uma breve explicação, percebiam que seus papéis como lideranças representavam algo importante, ou até entendiam, e mesmo sendo representantes das suas comunidades não se consideravam feministas.

Dentre essas estão as mulheres camponesas do Cariri, que lutam pela terra enfrentando grandes obras públicas, como o Cinturão das Águas, e obras locais como um Aterro Sanitário, embora neste caso o contato não tenha se disponibilizado para conversar; mulheres camponesas atingidas por barragens, como no caso em Figueiredo, e as que estão cercadas pelo agronegócio, como com os perímetros irrigados no Baixo Jaguaribe; mulheres indígenas, camponesas ou não, que se mobilizam para conquistar a sua terra de direito, como as Tapebas, Pitaguarys e Tapuya-Kariris, esta última em que não foi possível contatar; mulheres do Sertão Central, que enfrentam um conflito com a mineração; mulheres pesqueiras, que protegem seu território de empreendimentos como a carcinicultura e parques eólicos; e, por fim, mulheres camponesas que lutam por reforma agrária a décadas.

Logo, é possível afirmar que o Ceará é um berço de insurgência do ecofeminismo, associado a lideranças populares camponesas, como o MST, de abordagem mais socialista até a forte presença na maioria dos contextos do ecofeminismo radical, mostrando como o conceito está propício para se desenvolver. Isso porque, essas divisões teóricas que serviram de parâmetro de análise, são só o começo para as abordagens ecofeministas. Ademais, em dois contextos foram apresentados a presença mais forte do feminismo em ascensão, embora elementos ecofeministas radicais tenham sido observados, permitindo apontar que ainda há muito que se estudar sobre os desdobramentos desse assunto no estado.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Uma Geografia das Políticas Fundiárias no Estado do Ceará**. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza, 2004. P. 168-172

BAPTISTA, Naidison de Quintella. **Processo de construção de políticas públicas de acesso à água**. In: Convivência com o Semiárido Brasileiro – Autonomia e protagonismo social. 2013. Disponível em: < <http://observatorio.faculdadeguanambi.edu.br/wp-content/uploads/2015/04/Conti-Schroeder-2013-LIVRO.pdf>> Acesso em: 01 fev. 2021. p.191-194

BRASIL, **Artigo 231 da Constituição Federal de 1988**. Brasília, DF: Casa Civil. 1988. Disponível em:< <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10643688/artigo-231-da-constituicao-federal-de-198>> Acesso em: 7 fev. 2021.

BRASIL. **Lei 1775**. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil. 1996. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1775.htm#:~:text=DECRETA%3A-,Art.,com%20o%20disposto%20neste%20Decreto.> Acesso em: 07 fev. 2021.

BRASIL.**Lei 6.001**. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília, DF: Casa Civil. 1973. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=0DA671C140AF6BCB4D5D901A5BD51021.proposicoesWebExterno2?codteor=670971&filename=LegislacaoCita da+-PL+5560/2009> Acesso em: 07 fev. 2021.

BRASIL. **Lei 9433**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Brasília, DF: Casa Civil. 1997. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19433.htm> Acesso em: 2 fev. 2021.

BRASIL. **Lei 12.305**. Institui a Política Nacional dos Resíduos Sólidos. Brasília, DF: Casa Civil 2 de agosto de 2010. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm> Acesso em : 2 fev. 2021.

BATLIWALA, Srilatha. 1997. “El significado del empoderamiento de las mujeres: nuevos conceptos desde la acción”. In: **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Bogotá: Tercer Mundo Editores — Universidad Nacional de Colombia. p.193.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 17-33.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida** -Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo. Editora Cultrix. 2012. p. 14-21.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Missão**. 2021. Disponível em:<<http://caritas.org.br/missao>> Acesso em: 25 fev. 2021.

CÁRITAS BRASILEIRA. **História**. 2021. Disponível em:<<http://caritas.org.br/historia>> Acesso em: 25 fev. 2021.

CASTRO, Mary Garcia e ABRAMOVAY, Miriam. **Gênero e Meio Ambiente**. 2. ed., revista. São Paulo. Cortez Editora, 2003.

CEARÁ, Governo do Estado. **Volume 2 - Relatório de Impacto Ambiental**. LANCE CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA. 2012. Disponível em:<<https://www.semace.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/46/2012/05/CARIRIACU-ATERRO.pdf>> Acesso em: 2 fev. 2021. p. 2-6

CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. **Plataforma Política Marcha das Margaridas 2019**: Por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça e livre de violência. 2018. Disponível em :<http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1236339083_14082019151003.pdf>

FRASER, Nancy. **O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história**. Dossiê: Contribuições do pensamento feminista para as ciências sociais. Mediações, Londrina, v. 14. n.2, Jul/Dez. 2009. p. 11-33

GAARD, Greta Claire. **Rumo ao ecofeminismo queer**. Estudos Feministas, Florianópolis, 19(1): 312, janeiro-abril. 2011

GANDHI, Anuradha; Ecofeminismo. *In*: **Sobre as Correntes Filosóficas dentro do Movimento Feminista**. 2a Edição. Brasil. Edições Nova Cultura. 2018.

GARCIA, Loreley. **Ecofeminismo: múltiplas versões**. v. 10. Univesidade da Califórnia, Berkeley. Revista Ártemis, 2009. p. 96-118.

GARCIA, Sandra Mara. **Desfazendo os vínculos naturais entre gênero e meio ambiente**. Revista Estudos Feministas, 1992. p. 163

GELEDÉS, Portal. **E não sou uma mulher? – Sojourner Truth**. University of Texas(Austin). 2014. Disponível em:< <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>> Acesso em: 15 de outubro de 2020.

HARTMAN, Philipp. **Reforma Agrária no Ceará - Um análise dentro de perspectivas econômicas**. Colônia/ Alemanha. 1999. p.1-5

LOURO, Guacira Lopes. Viajantes pós-modernos. 2015. *In*: LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Autêntica. 2018. p. 11-26

LUNAS, Alessandra da Costa; et al. Marcha das Margaridas 2015 **Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Liberdade e Igualdade**: Caderno de textos para estudos e debates. 2014. Disponível em:

<http://www.contag.org.br/imagens/f24537_contag_livreto_marcha_2015_210x297_final-1.pdf>
Acesso em : 27 de ago. 2020

MAM NACIONAL. **Quem somos.** [s.d.] Disponível em:
<<https://mamnacional.org.br/mam/quem-somos/>> Acesso em : 5 mar. 2021.

MARINHO, Paloma Abelin Saldanha; GONÇALVES, Hebe Signorini. **Práticas de empoderamento feminino na América Latina.** Revista de estudios sociales, n. 56, 2016.p.80-83

MELO, Monick Ellen Alves De; XAVIER, Lucia Helena da Silva Maciel. **A sustentabilidade à luz dos conceitos de agroecologia e ecofeminismo: uma abordagem teórica.** Anais IV CONAPESC... Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em:
<<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/56425>>. Acesso em: 10 de ago. 2020.

MORTIMER-SANDILANDS, Catriona. **Paixões desnaturadas?** Notas para uma ecologia queer. York University, Canadá. Estudos Feministas, Florianópolis, 19(1): 312, janeiro-abril/2011

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. **Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política.** Psicol. estud. , Maringá, v. 11, n. 3, pág. 647-654, dezembro de 2006. Disponível em:
<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722006000300021&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. acesso em 13 de outubro de 2020.

NASCIMENTO, João Luís Joventino do. **Processos Educativos: As lutas das mulheres pescadoras do mangue do Cumbe contra o racismo ambiental.** 2014. Disponível em:<http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/14373/1/2014_dis_jljnascimento.pdf>
Acesso em: 7 fev. 2021. p.49-56

OAKLEY, Emily. **Quintais Domésticos: uma responsabilidade cultural.** Agriculturas, v. 1, n. 1 , 2004. p. 37-39

OLIVEIRA, Aécio Alves de. **Mineração de urânio no Ceará: a trajetória da morte anunciada: De Caldas, passando por Caetité e vindo para Santa Quitéria.** 2020. Disponível em:<<https://oppceufc.wordpress.com/2020/12/30/mineracao-de-uranio-no-ceara-a-trajetoria-da-morte-anunciada/>> Acesso em: 2 fev.2021. p. 4-7

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **Memórias do planeta fêmea.** Revista Estudos Feministas, 1992. p. 131-142.

PENKALA, Ana Paula. **A mulher é o novo preto: pensando identidades a partir das representações arquetípicas de gênero na série Orange is the new black.** Trabalho apresentado IV SIGAM – Simpósio Internacional Gênero, Arte e Memória em novembro de 2014. Disponível em:<<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/paralelo/article/view/10216/6746>> Acesso em: 14 fev. 2021.

PINHEIRO, Cesar Augusto. **Cinturão das Águas**. 2019. Disponível em:<<https://www.ana.gov.br/noticias-antigas/cinturapso-das-aguas.2019-03-15.504370913>> Acesso em: 2 fev. 2021.

PINHEIRO, Margarida. Um olhar sobre a luta pela terra no Ceará: A experiência do CETRA. In: **Políticas públicas para o semiárido : experiências e conquistas no nordeste do Brasil** / organizadores, Angela Küster, Jaime Ferré Martí. Fortaleza : Fundação Konrad Adenauer, 2009. p. 54-64

PONTES, Andrezza Graziella Veríssimo; GADELHA, Diego; FREITAS, Bernadete Maria Coêlho; *et al.* **Os perímetros irrigados como estratégia geopolítica para o desenvolvimento do semiárido e suas implicações à saúde, ao trabalho e ao ambiente**. Ciência & Saúde Coletiva. 2012. Disponível em: < <https://www.scielo.org/article/csc/2013.v18n11/3213-3222/pt/>> Acesso em : 28 jan. 2021. p. 3213-3216.

QUEER. In :Cambridge Dictionary. Cambridge University Press, 2021. Disponível em :< <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/queer>> Acesso em: 2 de jan 2021.

REDEH. **Nossa História**. Rio de Janeiro, [20--]. Disponível em: <<http://www.redeh.org.br/nossa-historia/>> Acesso em:27 de ago. 2020.

REDEH. **Sobre a Redeh**. Rio de Janeiro, [20--]. Disponível em: <<http://www.redeh.org.br/>> Acesso em: 27 de ago. 2020.

RIGOTTO,Raquel Maria; MEIRELES, Antonio Jeovah. Dossiê Denúncia- **Conflitos Socioambientais e Violação de Direitos**:Impactos dos Grandes Projetos Econômicos sobre Comunidades Tradicionais e Lutas em Defesa dos Direitos Territoriais no Estado do Ceará. Fortaleza. 2013. p. 26-91; 139-213.

RUETHER, Rosemary Radford. **Ecofeminismo: mulheres do primeiro e do terceiro mundo**. Estudos Teológicos, v. 36, n. 2, 1996. p. 129-139.

SEMACE. Prodetur. 2012. Disponível em: <<https://www.sema.ce.gov.br/2012/12/13/prodetur/>> Acesso em: 7 fev. 2021.

SILIPRANDI, Emma. **Ecofeminismo: Contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais**. Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent.,Porto Alegre, v.1, n1, jan./mar.2000. P. 61-70. Disponível em : < http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/n1/11_artigo_ecofemi.pdf> Acesso em : 10 de ago. 2020.

SILVA, Luana Viana Costa e. **Relação entre a dinâmica espaço-temporal de uso e ocupação do solo e os conflitos ambientais**: O caso da comunidade do Cumbe, Aracati, Ceará, Brasil. 2016. Disponível em:<http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21452/1/2016_tese_lvcostaesilva.pdf> Aceso em : 7 fev. 2021. p.53

SILVA, Maria Claudia Ferreira da. **Marcha das margaridas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2014.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. 2006. 298 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006. p. 13-19

SIQUEIRA, Carolina Bastos de; BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo. **As ondas do feminismo e seu impacto no mercado de trabalho da mulher**. Revista Thesis Juris – RTJ, São Paulo, v. 9, n. 1, jan./jun. 2020. p. 145-166.

SOARES, Ana Aline Furtado; SOUSA, Francisca Ilnar de. **A não demarcação da terra indígena Tapeba como violação de direitos humanos**. 7º Encontro Anual da ANDHEP – Direitos Humanos, Democracia e Diversidade. 23 a 25 de maio de 2012, UFPR, Curitiba (PR). Disponível em: <<http://andhep.org.br/anais/arquivos/VIIencontro/gt09-02.pdf>> Acesso em: 7 fev. 2021. p. 4-7.

STÉDILE, João Pedro. A Questão Agrária. In: CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário de Educação no Campo**. Rio de Janeiro. São Paulo. 2012. p. 644

_____, João Pedro. Reforma Agrária. In: CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário de Educação no Campo**. Rio de Janeiro. São Paulo. 2012. p. 659

TAVARES, Manuela. **Ecofeminismo(s)**. Via de esquerda: espaço ecossocialista. Disponível em: <<https://viasquerda.pt/ecofeminismos/>> Acesso em: 18 de ago. 2020

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 37-46

TORRES, Maximiliano. **O ecofeminismo**: “Um termo novo para um saber antigo”. Terceira Margem • Rio de Janeiro • Número 20 • janeiro/julho 2009. p. 157-175

VASCONCELOS, Dayse Paixão e. **Conflito Ambiental no Território Tapuya Kariri e suas implicações à saúde**. 2014. Disponível em: <<http://www.tramas.ufc.br/wp-content/uploads/2019/12/DISSERTA%20-%20DAYSE-PAIXAO-VASCONCELOS-CONFLITO-AMBIENTAL-NO-TERRIT%20-%20RIO-TAPUYA-KARIRI-E-SUAS-IMPLICA%20-%20ES-%20SA%20-%20ADE.pdf>> Acesso em: 7 fev. 2021. p. 76-88;103-109

VIOTTI, Maria Luíza Ribeiro. **Apresentação da Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher-Pequim 1995** In: Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher-Pequim 1995. Brasília, DF: Senado Federal, 2006. p.148-150

WEDO, Women’s Environment Development Organization. **Vision & Mission**.(20--) Disponível em: <<https://wedo.org/about-us-2/vision-mission-2/>> Acesso em: 27 de ago.2020.